

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

JOSIMAR GOMES SANTOS

Urbanização às margens e a onda que puxa pra dentro: da crise ecológica à urbanização
no bairro do Riviera Paulista

São Paulo

2016

JOSIMAR GOMES SANTOS

**Urbanização às margens e a onda que puxa pra dentro: da crise ecológica à urbanização
no bairro do Riviera Paulista**

Trabalho de Graduação Individual apresentado
à Universidade de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani

São Paulo

2016

JOSIMAR GOMES SANTOS

Urbanização às margens e a onda que puxa pra dentro: da crise ecológica à urbanização no bairro do Riviera Paulista

Trabalho de Graduação Individual
apresentado à Universidade de São
Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Amélia Luisa
Damiani

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Prof.

Prof.

SUMÁRIO

<u>AGRADECIMENTOS</u>	5
<u>RESUMO</u>	8
<u>INTRODUÇÃO</u>	9
<u>CAPÍTULO I</u>	12
<u>CAPÍTULO II</u>	17
<u>CAPÍTULO III</u>	21
<u>CAPÍTULO IV</u>	28
<u>CONCLUSÕES</u>	46
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	47

AGRADECIMENTOS

Durante os anos de caminhada no curso de Geografia, muitas foram as pessoas que atravessaram de forma significativa o meu caminho, amigos e amigas que me ajudaram a seguir o tortuoso trajeto até aqui traçado, sem os quais, certamente, este trajeto beiraria a impossibilidade. Foram diversos momentos e estas companhias de caminhada participaram de alguns destes, mas de forma definitiva, ou da maioria deles, sendo difícil separar, por isso, muitas vezes, os caminhantes do caminho. Dói não poder citar a todos aqui, pois tem ora que a memória e a clareza de pensamento nos traem, mas no coração as pegadas seguem marcadas.

Da “turma” na qual comecei o curso, destacam-se Tarcísio, Renatinha, Gabão, Maia, Vanessinha, Tabata, Dri, 41, Schwbão, Renan, Marcelinha, Yoko, Blade, Xoio, SAP, Toi e os demais Aziz Indomáveis. Menções honrosas a serem feitas a Milico, Su e Raquel, que não eram Aziz. Não é possível pensar em festa ou felicidade nesta caminhada sem lembrar de vocês!

Ao pessoal da AGB devo o primeiro momento de pertencimento à universidade, por meio da identificação com outros que tinham condições materiais e psicológicas muito próximas as minhas. Agradecimentos, portanto, a Tony, Marcha, Paçoca, aos dois Brunos, ao Robinho e ao Caito.

Ao pessoal do Parque Ecológico do Guarapiranga devo gratidão tanto pelo acolhimento no estágio, quanto pela ajuda no desenvolvimento deste trabalho. Fazem parte destas pessoas Renata, Flávia, Inauê, Bêlit, Fran, Anita, Seo Marco e Gê.

O arquivo do IEB foi o mais próximo de uma casa que tive na universidade. Isso se deve às amizades que ali fiz e a possibilidade de ampliação de horizontes que ali me deram. Edu, Karol, Lú, Marquinho, Heleno, Thiago, Rô(drigo) e Rô(berta), Mari, Claudia, Pati, Dona Jô, Denise, Paulo, Gabi e Jú fazem parte das pessoas que não posso deixar de fora dos agradecimentos – os quais são parte da equipe que, em sua grande parte, me acolheu. À Bete devo o que se deve à pessoa cuja mão foi estendida para me salvar do abismo, situação na qual eu me encontrava no final do ano passado. Não tenho como te agradecer, Bete!

Quanto aos professores, Dieter teve papel destacado na minha formação, por mais de uma vez. Marcaram-me também Manoel, Léa, Carlão, André Martin, Marta,

Valéria e Amelia, no que diz respeito ao bacharelado. Zé Sérgio, Ione, Núria, Cyntia e Giroto foram importantes na Licenciatura.

À Amelia devo gratidão não só pelos cursos ministrados, como também por me aceitar como orientando, mesmo depois da conclusão do curso. Sempre me encantou sua simplicidade e preocupação com os alunos, sua profundidade teórica e aquela força que lhe aparece dentro da calma com que fala.

Novamente a Edu e a Carlos, agradeço de coração o aceite para a banca e o companheirismo de sempre. Há uma dívida com vocês que não se paga!

À Carla agradeço a ajuda de sempre e pelo carinho. Nunca poderei fazer tanto por ela quanto ela fez por mim.

Devo ao meu finado avô Nem o apoio emocional, assim como aos meus outros avós Naná, Maria e Joaquim. Tios e tias, devo a todos, inclusive à Zenilda, Zé, Gilmar, Sandro, Nila, Marilene, Ivonete, Adão, Expedito e Juvenal. Devo aos meus primos, em especial William – mais irmão que primo –, Dê e Matheus – quase-irmão mais novo.

Por fim, à minha irmã, minha mãe e meu pai devo tudo! Jú, você me deu duas das pessoas mais importantes da vida: meus sobrinhos Arthur e Bia. Mãe e pai, Maria e Manuel, não fossem vocês eu não teria porquê caminhar. Sua luta me inspira e motiva sempre. Devo tudo a vocês!

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

(...)

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O seguinte trabalho tem por finalidade apontar uma das formas como a urbanização do município de São Paulo se deu, pegando o caso do bairro da Riviera Paulista como exemplo. No movimento urbano, aponta-se a negação da cidade em metrópole, a urbanização se dando, então, de forma crítica. Isto aparece no bairro supracitado na forma loteamento irregular e favelização, o que alimentaria um discurso ecológico que encontraria nos moradores pobres da região Sul de São Paulo a culpa pela degradação do meio, em especial, ali da represa Guarapiranga. Esta discussão estaria pautada por um momento, dentro da literatura, o qual seria o mesmo da alteração da análise da organização do espaço, na Geografia, para a produção deste, portanto, da metropolização. É com esta discussão que se pretende dar conta, ao final, de se pensar a problemática ecológica, e mais profundamente ainda, a cisão homem-natureza.

INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 6 anos, 1 ano e meio após ingressar no curso de Geografia, tive a oportunidade de trabalhar em um parque, o Parque Ecológico do Guarapiranga (PEG), que tem como discurso justificador de sua criação a proteção das águas da represa Guarapiranga, que tem como alguns dos principais fatores poluentes os esgotos domésticos clandestinos, que desembocam nos córregos que alimentam a represa, assim como o lixo doméstico, também carregados pelos mesmos córregos. O discurso óbvio desse fenômeno é o de que os moradores do lugar são os culpados por esta poluição, o que tem o agravante de a represa Guarapiranga ser a responsável pelo fornecimento de água à parte significativa do município de São Paulo. Desta forma, os moradores supracitados estariam colocando em risco a água dos demais – nestes termos era colocada a problemática da poluição da represa Guarapiranga, assim, da indiferença do homem em relação ao seu meio.

O perfil destes moradores também me intrigava. Em geral, faziam parte de grupos de migrantes nordestinos que por uma série de fatores relacionados foram parar ali: a vinda do Nordeste para São Paulo para trabalhar na indústria e a compra de lote abaixo do preço de mercado – pois clandestino – para se estabelecer na metrópole; expulsão de lugares mais próximos ao Centro da cidade de São Paulo para lugares periféricos pelo mercado imobiliário; falta de possibilidade de aquisição de moradia mesmo no mercado ilegal, na periferia Sul do município e locação de moradias nesta região; ocupação de terras como única possibilidade de moradia etc. Deste modo, os culpados pela poluição da represa Guarapiranga seriam, em sua grade parte, moradores pobres e “clandestinos”, que estariam às margens da represa atentando contra a estética, o lazer, a moral, a lei e, claro, a natureza. O PEG seria, então, um instrumento público que resguardaria os valores, a lei, a natureza no lugar. Não por acaso, resguardaria a propriedade privada – reintegrada a sua posse frente aos ocupantes e, em seguida, desapropriada frente aos seus antigos donos, mediante ressarcimento financeiro –, assim como a propriedade em poder do estado – reintegrada ou, dependendo do caso, desapropriada aos ocupantes dela.

Pus-me a pensar, então, no que poderia estar sendo revelado pelo discurso de incriminação da população moradora dos arredores do reservatório Guarapiranga e o

que o mesmo discurso, pelo contrário, ocultava. Seria o espalhamento destes moradores pobres, em sua forma de moradia precária, fenômeno que daria conta de explicar este ruído entre o homem e seu meio, que nos perturbava o sossego? Ou estaria este discurso, como na observação de Marx, apontando para as árvores e esquecendo da floresta?

De princípio, percebi que o PEG está afinado também com a função de fornecimento de lazer, aquela função outrora pleiteada pelo setor imobiliário à região da represa Guarapiranga. O próprio bairro da Riviera Paulista – lugar onde a área de uso intensivo do parque se encontra – foi criado com a finalidade de servir ao mercado como lugar de veraneio, onde clubes náuticos, marinas, casas de veraneio e uma série de instrumentos espaciais eram produzidos para este tipo de consumo. E neste caminho se deu a gradual incorporação do lugar pelo processo de urbanização paulistano. Por isso ofende à elite e classe média paulistanas o uso que tem sido dado ao lugar. Necessário seria que o estado fizesse algo que impedisse o espraiamento da urbanização que vinha sendo promovida por aqueles agentes vindos de *sabe-se lá onde e sabe-se lá por que motivo* contra a represa Guarapiranga; contra o meio ambiente. É neste movimento que a Lei de Proteção aos Mananciais é criada, em meados da década de 1970.

Contudo, o processo de urbanização não é uma máquina posta para funcionar a serviço dos sujeitos que dele participam, mas um processo que, se mobiliza pessoas serve, antes, ao capital. O urbano, neste movimento, é implodido e explodido, reproduzindo-se de forma que, se a um punhado de pessoas oferece suas benesses, à imensa maioria, pelo contrário, impõe a precarização. Faz-se a metrópole, na qual o espaço é produzido na esteira da urbanização crítica. Qualquer aparato legal que se volte contra a aparência desta urbanização, que setorize a totalidade, reproduzirá as contradições que pretenda resolver. É por isso que a metropolização em São Paulo só pode avançar com moradias clandestinas frente a moradias legalizadas e moradias nobres.

A este processo, pude observar no bairro da Riviera Paulista e por isso este lugar é trabalhado no último capítulo. Consideramo-lo fragmento da totalidade que, contudo, não é autônomo em relação a ela e mesmo aos demais fragmentos da realidade. Antes, um movimento dialético relaciona bairro e metrópole, sendo o primeiro parte inseparável da segunda. É do enfrentamento da particularidade do pedaço espacial com a onipresença de um processo que é global que se poderá melhor entender o quanto uma crise ecológica é produto da ação predatória humana e, em geral, pobre.

Talvez a crise ecológica seja reflexo da incomunicabilidade do homem com a natureza, processo que vem se desenrolando já desde a percepção do homem como sujeito perante o seu meio material, a natureza. Então, pensar nesta relação é ponto central na nossa discussão. Sobre isso, a Geografia tem muito a dizer. “A Geografia é a ciência que estuda a relação do homem com a natureza e dos homens em sociedade”. Desde um longo tempo, esta seria uma definição que legitimaria a Geografia como campo científico e, mesmo que tanto outrora como agora tal sentença não garanta à Geografia um objeto seu de estudo, não são poucas as áreas desta nossa ciência que continuam brandindo esta bandeira sem, geralmente, fazerem-se algumas das questões que deveriam ser feitas a uma afirmação tão forte quanto antiga, mas ainda tão atual. Por exemplo, o estatuto do que seria a natureza de que se fala tem de ser questionado. Desta forma, por razões de afirmação científica demandada pela Geografia, a natureza vem sendo discutida por parte desta ciência geralmente em sua relação com o homem/população/sociedade, o que, se parte da necessidade de afirmação da ciência como campo cindido em relação aos demais campos científicos, se dá a partir da autonomia de ambos.

I

Máxima geográfica de filiação positivista, o protocolamento de um método naturalista para a interpretação dos fenômenos estudados pela Geografia buscava reatar dentro da ciência os laços entre o homem e a natureza. Tal método, inclusive, seria oriundo das ciências da natureza. Seriam as escolas alemã e francesa, conhecidas como determinista e possibilista, a levar a frente tal empreitada. Entretanto, no afã de reestabelecer tais laços não se considerou suficientemente a autonomização do homem e da natureza naquele momento – meados para o final do século XVIII –, manipulando-se então a ambos não como partes inseparáveis de uma totalidade – que seria a base material da subjetividade frente a subjetividade da natureza, que é essa base material, perante si mesma –, mas como uma reunião de estranhos que seguem as regras de um deles em detrimento do outro (MORAES, 2007: 41). Antônio Carlos Robert de Moraes (2007: 41) sugere que tamanha grosseria metodológica só passaria despercebida se escondida atrás da afirmação de que à geografia como ciência caberia a interface entre os “domínios da natureza” e os “domínios da humanidade”. Massimo Quaini (1979: 22), por sua vez, seria mais agudo e afirmaria que “a antinomia determinismo-possibilismo” não resolveria a antinomia natureza-homem, mas a perpetuaria. De fato, o momento de nascimento do Estado alemão é também o momento do nascimento das ciências humanas e a questão que deveria ser respondida por aqueles que fortaleceriam a Geografia como ciência - a saber, Ratzel e La Blache - seria como abordar cientificamente o homem, ao que viria como resposta o método observacional naturalista, usado nas ciências da natureza.

Friedrich Ratzel vai tentar pensar a natureza e o homem como uma totalidade. Seguindo esta ideia, afirmaria que haveria influência da natureza sobre o homem, “tanto na fisiologia dos indivíduos quanto na sua psicologia”, assim, por extensão, haveria uma atuação das condições naturais sobre a sociedade. Este preceito permitiria ao alemão aproximar a luta pela vida dos seres da natureza à luta dos povos humanos por espaço. Seria a motivação e o troféu da luta o território, igualando aqui o geógrafo o expansionismo dos Estados ao dos “seres do domínio natural”. Então, a sociedade seria um organismo que se desenvolveria mais ou menos conforme sua proximidade com o solo e, em geral, a natureza. E da necessidade de manutenção da propriedade deste

espaço, que seria “vital” à população a ele ligada, nasceria o Estado. Desta forma, uma sociedade progrediria conforme expandisse seu território, assim como entraria em decadência na proporção em que perderia o mesmo. Isto tornaria o imperialismo algo natural a uma sociedade que progride, conclusão que cairia como uma luva para o recém-nascido Estado alemão, servindo-lhe como justificativa científica para o seu movimento imperialista (MORAES, 2007: 70).

No entanto, longe de defender a determinação do homem pela natureza, como Lucien Febvre o haveria acusado, Ratzel se preocupava em desvendar o que poderia haver de ação da natureza sobre o desenvolvimento das sociedades. Então, a natureza, para o geógrafo alemão, seria propiciadora do desenvolvimento das sociedades através dos recursos naturais dos territórios onde tais estas se localizariam - mais uma vez, Ratzel naturaliza, e assim encoberta, o imperialismo. A natureza poderia, portanto, facilitar ou ainda ser empecilho ao desenvolvimento dos povos, causando, por um lado, a mestiçagem dos povos e, por outro, seu isolamento (MORAES, 2007: 70).

A carapuça de naturalista serviria também ao geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, o qual, no entanto, era crítico do naturalismo existente em Ratzel. Pois não teria cunho naturalista uma ciência que possui um lugar, ainda que à parte, “[...] no grupo das Ciências Naturais” (LA BLACHE, 1982: 37) Ou mesmo a uma ciência que teria “por missão especial procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície” (LA BLACHE, 1982: 37) não seria mais lógico o uso de um método que a tradição científica consagrou como de interrogação da natureza - já há muito cindida do homem? Ainda que sendo decorrência do geógrafo francês o que depois viria a se tornar o campo humano da Geografia, La Blache se via ainda arraigado a uma visão que tentava reestabelecer a ligação entre natureza e homem a partir da importação das leis de “revelação” de uma para o outro. Ou seja, as leis que tinham por incumbência o conhecimento das coisas, que se expressaria em fórmulas matemáticas, delimitando estas coisas, fazendo a passagem do caos para a natureza, seriam transpostas para a explicação do homem e sociedade. Desta forma, contraditoriamente La Blache reafirmaria a cisão homem-natureza e reforçaria a filiação natural da ciência, afirmando inclusive ser “[...] a Geografia uma ciência dos lugares e não dos homens” (LA BLACHE, 1982: 47).

Manuel Correia de Andrade não se distanciou muito do fundamento positivista da Geografia Clássica como tentativa de manutenção da relação entre a natureza e o homem, a começar pelo uso do método monográfico regional para estruturar sua

principal obra, *A terra e o homem no Nordeste*. Seu método estabelecia que os fenômenos físicos, e em menor medida os humanos, influenciariam na formação do que seria a categoria central francesa: a região. Tais fenômenos seriam observados em campo, descritos minuciosamente, enumerados e expostos os dados resultados a partir dos fenômenos (MORAES, 2007: 39-40). Sendo assim, o cheiro da cartilha vidalina se sente à quilômetros da obra, que está estruturada a partir do aspecto físico da região, em seu primeiro capítulo, seguido de um capítulo sobre a população e posteriormente por um capítulo sobre as atividades econômicas no Nordeste ou em suas zonas, sendo estas as clássicas Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Contudo, Manuel Correia não se deteve na simples descrição dos fatos, mas apresentou um pensamento mais complexo da realidade. A categoria região, por exemplo, vai além da região vidalina, a qual estaria pronta no mundo real apenas esperando que o pesquisador percebesse os seus limites. Não era uma região natural a de Manuel Correia, posto que coubesse ao cientista escolher os critérios para a definição da região. Para o autor, a região Nordeste se caracterizaria pela confluência de diversos fatores, dentre os quais os domínios físicos (estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia), o meio biológico (fauna e flora) e a organização dada ao espaço pelo homem, por meio do trabalho (ANDRADE, 1963: 4). Diria Manuel Correia que “esses fatores [acima mencionados] influem mutuamente e do entrelaçamento de uns e de outros é que resultam as paisagens naturais e culturais” (1963: 4-5), as quais dariam o desenho da região. Ou seja, as paisagens revelariam a relação entre o homem e a natureza e esta relação teria seu recorte concreto na região. Tal recorte estaria longe de ser apolítico, pois era fruto da seleção de determinada qualidade de critérios como formadores da região.

Feito o esclarecimento acima, no entanto, é necessário deixar claro que haveria para Manuel Correia de Andrade um elemento dentre os demais que “marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem, [que] é o clima, através do regime pluvial, e exteriorizado pela vegetação natural” (1963: 6). Dessa forma, e conversando com a Geografia Clássica, Manuel Correia afirmaria em sua obra que as diversificações físicas regionais teriam “uma grande influência nas formas de exploração da terra e, conseqüentemente, no modelado da paisagem cultural” (1963: XII), sendo as diferentes zonas do Nordeste surgidas da diversidade de climas na região.

Dessa diversidade climática, surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se

complementam economicamente, mas que, politicamente e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade ou da policultura. (ANDRADE: 1963: 6-7).

Marca tão relevante faria na obra de Manuel Correia de Andrade a tensão causada pela cisão entre o homem e a natureza que o autor, posteriormente, se enveredaria pela discussão do meio ambiente - tema que retomaremos mais à frente, neste trabalho. Contudo, adiantamos que, para o autor, o tema ambiental e sua discussão sobre a relação entre sociedade e natureza determina que se o interogue através de uma visão de conjunto, o que conduziria a uma unidade da visão geográfica. (ANDRADE, 1994: 28)

Além da influência da escola francesa na estruturação da obra de Manuel Correia de Andrade, o próprio Caio Prado haveria influenciado o autor pernambucano. Isto porque Caio Prado também mantinha relação com a Geografia Clássica, o que se perceberia pelo tom naturalista dado à obra deste autor no período deste contato comercial com Manuel Correia. Cintia Cristina Soares, em seu trabalho *Caio Prado e a Geografia Clássica: uma contribuição para pensar a cidade* revela que no artigo deste autor, de 1965, “O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo”, percebe-se “uma postura mais naturalista” (2016: 28) que em trabalho posterior do mesmo autor. Caio Prado vai analisar a formação e o desenvolvimento do município paulista devido ao fator geográfico, que seria uma leitura a partir dos elementos de natureza física. Continuando por este caminho, Caio Prado usa os conceitos de sítio e situação para sua análise, os quais adviriam da escola francesa. Para o autor, as vantagens do sítio e da situação do lugar para o estabelecimento de São Paulo se daria devido à superioridade de fatores de ordem física, por exemplo, a facilidade de acesso e a grande quantidade de via fluvial para comunicação com outras partes do território (SOARES, 2016: 30-38). Mesmo o conceito de região, tão cara à Geografia Francesa, era usado pelo autor para caracterizar um recorte do espaço homogeneizável a partir de critérios selecionados. Assim, a parcela do espaço seria adjetivada como “região mineira” (SOARES, 2016: 43-44).

À procura do laço que une natureza e homem e tendo a prerrogativa sobre o estudo dos fenômenos que se dão sobre a superfície terrestre, entendeu-se que os elos que uniriam os fatos geográficos teriam lugar central dentro da Geografia, que, como ciência, simplificaria e resumiria estas relações. Isso porque os fatos geográficos não seriam fatos isolados uns dos outros, atomizados, mas as relações entre os objetos. A

Geografia se afirmaria, então, como “ciência de síntese” (MONBEIG, 1957: 7). Por isso, dirá Pierre Monbeig, “[...] o geógrafo procurará o conjunto de fenômenos [...], e os laços que os unem e fazem deles um todo vivo” (1957: 9). Assim, buscar-se-ia por meio do estudo das relações entre a natureza e a sociedade a totalidade, o que apareceria em Pierre Monbeig como “complexo geográfico”:

Espero ter explicado suficientemente até que ponto nossa geografia se preocupa mais com os laços que dão origem ao complexo geográfico, do que com os fatos isolados que o compõem. Fatos de origens diversas, umas físicas, outras biológicas ou históricas, econômicas ou psicológicas, associam-se em determinados setores do planeta. (MONBEIG, 1957: 12)

Em outras palavras, a Geografia em Monbeig assumiria que o caminho se inicia na autonomia de parte da realidade, seja a natureza ou o homem, para de sua soma se chegar ao todo cria a impossibilidade de conhecimento deste. A realidade é apreendida como uma, não como suas parcelas separadas, sendo, portanto o caminho de investigação das articulações da totalidade a melhor perspectiva a se seguir.

No campo do pensamento marxista militante houve também quem articulasse algum movimento no sentido de pensar a relação entre natureza e homem. A natureza, por este viés, seria “momento da práxis humana”, o que quer dizer que o homem se realizaria enquanto tal no contato com a matéria, o que se daria através do trabalho. Portanto, a subjetividade da natureza só poderia se enxergar enquanto tal na medida em que entraria em contato com sua própria objetividade, momento no qual homem e natureza “se condicionariam mutuamente” (QUAINI, 1979: 45). Por isso, interessaria a natureza em sua concretude à Marx e não sua abstração, nascida de sua cisão com o homem, o que convenceria o marxista-leninista Massimo Quaini a se colocar ao lado de Alfred Schmidt ao afirmar que como o homem seria também parte da natureza, esta diria respeito à totalidade em seu conjunto (1979: 44). Força muito o passo o geógrafo italiano, contudo, quando afirma que para uma verdadeira restauração da correspondência entre o homem e a natureza, ou “o sujeito do juízo e o objeto” (QUAINI, 1979: 42) seria o comunismo (QUAINI, 1979: 47). Não nos consta que o sistema político-econômico tenha revelado um critério diferenciador na relação entre homem e natureza. O movimento de autonomização ocorrido dentro da natureza e acelerado na modernidade não teve no socialismo real regressão, e desta forma, seguindo tais passos, não se tem como garantir que num posterior comunismo isso venha a acontecer. A empreitada de reatar os laços já relaxados quando Descartes

dividiu o mundo entre ser pensante e natureza (*res cogitans e res extensa*) não se mostra plausível se não levarmos em conta o processo que produziu a cisão. Sobre isso, muito ainda se tem o que falar.

II

Se formos procurar em György Lukács propriamente a discussão entre o sujeito e a natureza, não a encontraremos que não de forma incipiente. Ela aparece na forma entre sujeito e objeto, o que nos remete não a uma discussão que abarque a ciência, mas que esteja contida nela. Neste sentido, ao apontar a questão da objetividade das coisas cindida frente à subjetividade do sujeito, como estas coisas são transformadas em objetos, Lukács se pergunta quem seria o sujeito a colocar as coisas de tal maneira, a determinar a coisa como mercadoria, pois as coisas que aparecem diante de nós teriam perdido a sua característica de coisas e se tornado objetos com significados completamente diferentes daqueles que outrora tiveram para nós, o que quer dizer que uma estrutura de objetividade produziria uma estrutura de subjetividade. Portanto, Lukács aponta como o discurso científico do empirismo fetichiza o objeto no sentido de que acredita na autonomização das coisas perante nós, da mesma forma, da criação das coisas pelas mesmas coisas, da relação entre elas, o que causa o condicionamento da forma de subjetividade pela objetividade, o que atinge a todas as dimensões da vida humana. Dessa forma, contesta também que os fatos só aparecem como tais por meio da elaboração de um método. O empirismo enxerga os fatos como dados, não vê que foram “apreendidos a partir de uma teoria, de um método, que eles são abstraídos do contexto da vida no qual se encontravam originalmente e introduzidos no contexto de uma teoria” (LUKÁCS, 2003: 71).

Inclusive na filosofia, a discussão sobre a natureza se daria nestes termos, pois esta era apresentada como um sistema autônomo do homem no qual este poderia até estar incluído, mas como algo exterior. Já se demonstra aqui, então, o caráter de simplificação da coisa para o seu aprisionamento no conceito, sendo a apreensão do objeto, que é a forma objetiva da coisa, mais importante do que a coisa em si.

Em seu texto “O que é marxismo ortodoxo?”, Lukács reflete sobre a disputa entre a realidade como acaso, contingente, como a defendiam os adeptos do positivismo, e a realidade como fatalismo, como defendiam os marxistas ortodoxos. No primeiro caso, haveria, como dito acima, a prioridade absoluta do objeto frente ao

sujeito na qual o primeiro existiria independente do segundo. Já no marxismo ortodoxo, o que se daria seria o inverso, ou seja, a prioridade do sujeito frente ao objeto, pois não se consideraria as condições objetivas como importantes para a ação do sujeito, o que não deixa de remeter a Hegel, que em prol da cientificidade do seu conceito de dialética tira a ação do seu método e o torna puramente especulativo. Neste sentido, a dialética hegeliana não serviria para alterar a realidade, mas para entendê-la como ideia, ou seja, de forma distanciada, posterior, o que dá independência do objeto, do real perante o sujeito. E seria na esteira de Hegel que os marxistas ortodoxos leriam Marx, tirando a ação do seu método dialético, removendo a determinação objetiva sobre o sujeito, tornando “o caráter histórico e passageiro da sociedade capitalista [...]” obscurecido, e essas determinações se [manifestariam, assim,] como atemporais, eternas, comuns a todas as formas de vida social” (2003: 78). Contudo, Lukács percebeu que Marx havia superado Hegel em relação à sua dialética, completando-a, o que só seria possível devido a existência de condições históricas para tal, as quais seriam o surgimento do proletariado como sujeito da história e, ao mesmo tempo, objeto.

Então, Lukács propõe não apenas um método, mas uma relação entre teoria e prática. Dito de outra forma, a teoria em Lukács é uma teoria prática, ou seja, é uma teoria de conhecimento intrinsecamente ligado à ação.

Lukács mostrou como o método positivista e a dialética dos marxistas ortodoxos não se diferenciavam, visto que o segundo método igualava a natureza à sociedade por meio do postulado do controle dos acontecimentos históricos, cindindo então objeto e sujeito, ou mesmo natureza e sociedade, tornando-os impenetráveis um pelo outro.

Walter Benjamin, por seu lado, quando faz sua discussão estética segue na esteira de Lukács ao apontar como as novas formas de objetividade estruturam as novas formas de subjetividade, havendo, ainda assim, formas de escape à essa lógica. É a partir de tal concepção que Benjamin pode ampliar a sua crítica ao marxismo vulgar, que não enxergando a dialética entre sujeito e objeto reproduz positivamente a cisão entre o homem e a natureza, o que Benjamin apontaria como um caminho ao fascismo. É devido a essa falta de horizonte que em sua análise o marxismo vulgar dirige o interesse do trabalho “aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade” (1994: 228). Seriam estes níveis tecnocráticos que mais tarde evoluiriam ao fascismo. Aqui, a exploração da natureza se daria da mesma forma da exploração do proletariado, contudo, não se considerando a subjetividade nem mesmo do último, mas sua objetividade apenas. Benjamin enxerga então o

desenvolvimento do controle da sociedade tal qual o do controle da natureza, reforçando que “[...] ao conceito corrompido de trabalho corresponde o conceito complementar de uma natureza, que segundo Dietzgen, ‘está ali, grátis’” (1994: 228).

Max Horkheimer e Theodor Adorno vão perceber que na mitologia grega já havia rastros da separação entre homem e natureza (1985: 21). Percebem os frankfurtianos que esta cisão foi produzida pelo próprio desenvolvimento do homem no processo civilizatório. Por meio deste processo, a natureza deixa de ser extensão da subjetividade humana para aparecer como objeto sob controle do homem, lógica que vai encontrar a sua forma mais elaborada na ciência.

Para a ciência, aquilo que não pode superar a separação entre homem e natureza é mito. É desta forma que a ciência vai acusar a religião e brigar pelo seu lugar de mensageira da verdade. O que a ciência não percebeu, contudo, é que justamente a criação de um deus a imagem e semelhança do homem foi um momento necessário do processo de cisão do mundo entre ser dominador e matéria a ser dominada. E da mesma forma que o mito já era um momento do esclarecimento, o esclarecimento tem arraigado em si o mito. Desta forma, o processo de alienação da natureza do homem tem, de um lado, o homem, imagem e semelhança de Deus, que, por isso, não se identifica mais diretamente com a natureza como num primeiro momento um deus da mitologia grega ainda se identificava. Por outro lado, a essência da natureza se torna a dominação, o que dá às coisas passíveis de serem dominadas identidade de natureza. Através dessa metamorfose da relação orgânica para a relação de dominação, o homem passa de natureza a dominador dela. A totalidade, portanto, já se encontra apartada entre homem e natureza, progressivamente aquele subjugando esta a seu domínio, o que se dá pela passagem da natureza em-si para a natureza para-ele, homem.

O caminho do conhecimento aparece para o homem como o caminho da liberdade em relação ao medo. Na passagem do caos para a natureza, o homem enxerga o fim do mito e a direção do esclarecimento. Por isso, revelam Horkheimer e Adorno, o sujeito aprendeu que a partir de um método lógico se poderia chegar à verdade. O método para isso teria de ser irrefutável logicamente, matemático, calculável, pois tais pressupostos fariam da ciência a “verdade pura”, tão inalterável, eterno e previsível quanto a soma de 2 e 2 dar 4 ou a soma dos graus de um triângulo dar sempre 180. Por isso, no esclarecimento, o resultado do processo está definido sempre de antemão. Não há vidente mais talentosa que as fórmulas matemáticas, que aprioristicamente já revelam os resultados que devem ser encontrados nos objetos!

Adorno e Horkheimer mostram que do afastamento metódico de todo resquício de natureza que restaria ao homem nasceu o sujeito transcendental ou lógico, que se torna “o ponto de referência da razão, instância legisladora da ação” (1985: 36). É dessa forma que a separação dos domínios do pensamento e do mundo sensível prepara a dominação deste por aquele, empobrecendo, assim, a ambos (1985: 44). Esta natureza, irreconciliada com o homem se torna um perigo para ele, na medida em que ameaça a civilização.

Assim, no esclarecimento, homem passa a ver a natureza não mais como a extensão de sua subjetividade, mas como algo exterior a ele. Separam-se, então, sujeito frente ao objeto, não vendo mais na natureza, o homem, a sua subjetivação e a natureza, no homem, a sua objetividade. Portanto, esta antinomia produz o homem de um lado e de outro a natureza, cindida e alienada de si mesma. O esclarecimento é a natureza que vem à luz com a alienação.

Por fim, Marcos Bernardino de Carvalho indica que a simples evolução técnica dos meios de produção não bastou para a separação da natureza e do homem. Haveria de se ter uma mudança cultural para que essa cisão se desse, assim como o desenvolvimento de “mecanismos de dominação e de exploração” (1991: 71) que garantisse uma produção de excedentes que seria transferida para e expropriada por uma camada dominante, a qual não produziria mais seus meios de subsistência. Somente este processo de alienação do trabalho possibilitaria a substituição de tempo fruído do cotidiano por tempo de trabalho para a produção de excedentes.

Por esse caminho, à cisão homem-natureza se anteciparia a diferenciação entre os próprios homens: de um lado se concentraria o poder e de outro o excedente de trabalho seria produzido. “Dito de outra forma, apenas a capacidade demonstrada de realizar trabalho não é condição suficiente para completar o processo de alienação do homem em relação à natureza, pois esse processo só se completa quando o resultado deste trabalho é apropriado por quem não o realizou”. E como a apropriação do produto alheio se dá, inicialmente, por meio da apropriação dos meios de sua produção, a alienação da natureza em relação ao homem só se dá através da alienação do próprio trabalho (CARVALHO, 1991: 72).

Carvalho indica que se a diferenciação entre os homens está na largada da separação destes com relação à natureza, a diferenciação entre espaços urbanos e espaços rurais teria na diferenciação social também ponto de partida. Ou seja, um processo de divisão social estaria na origem de um processo de divisão territorial, na

qual, de um lado, estariam espaços onde o ritmo da técnica se imporia ao ritmo da natureza e, de outro, aqueles espaços nos quais os ritmos da natureza ainda seriam predominantes; espaços técnicos frente a espaços naturais. Baseado nisso, o autor afirma que “a natureza, pelo menos no que diz respeito à sua origem para nós, não é, efetivamente, algo ‘natural’” (CARVALHO, 1991: 76), mas uma produção cultural.

III

Nas décadas de 1960-1970 a discussão sobre a natureza tende a tomar um novo caminho, quando se pensa no Brasil, especificamente. Confrontada pela urbanização, que se dá na forma de produção de uma “nova natureza”, de um novo meio, a natureza, até então categoria e objeto da Geografia, aparece retomada num novo discurso e com novas intencionalidades. Entra em cena o “meio ambiente”, termo que seria originário das ciências físicas.

Antônio Carlos Robert de Moraes (2007: 73) avisa que as raízes da escola ambientalista podem ser encontradas em Ratzel. Ainda que este geógrafo alemão não seja o fundador do campo ambientalista, que se autonomizaria dentro da ciência, Ratzel já traçava as linhas do caminho a seguir nele. Haeckel, fundador da ecologia, é quem teria deixado tal herança intelectual a Ratzel, seu aluno. Contudo, a natureza para o ambientalismo seria suporte da vida, substrato dela, perdendo-se nessa definição a influência recíproca entre natureza e homem, tão cara ao geógrafo. E a ecologia seria o estudo dos organismos coabitantes num determinado meio, portanto, ciência feita ainda sobre a segregação homem-natureza.

Pierre George, em *O meio ambiente* (1973) se aproxima da tese de Moraes em relação a uma influência haeckeliana sobre o que poderia ser a base do ambientalismo, em Ratzel, ao afirmar que o sentido original do termo “meio ambiente” se encontraria na ecologia, o que quer dizer que ele diria respeito às ciências naturais, sendo o meio ambiente de sociedades humanas caso muito particular “da abordagem ecológica em geral” (1973: 9).

George vai observar que, naquele momento em que o livro é escrito – início da década de 1970 – o uso do termo “meio ambiente” se expande, segundo razões exteriores à própria noção de natureza. Ao se equacionar na questão ambiental as relações e processos do reino da natureza e, concomitantemente, na figura do “*homem em seu habitat*”, a sociedade e seu espaço, naturaliza-se o homem e se confunde “meio

ambiente e civilização”. Desta forma, o uso do termo “meio ambiente” se projetaria para além do reino natural, aparecendo para George como “noção estética”, passando a qualificar o espaço urbano no qual se encontram as sociedades (1973: 8). Sem pudor algum, substituiria-se “um meio e um sistema de relações” (GEORGE, 1973: 7) naturais, de ordem material, por um “meio imposto, dominado pela técnica e a serviço da economia”, assim, ideológico, sustentado por relações abstratas. É na esfera desta substituição que, a partir da década de 1970, George reclama: “tudo passa a ser ‘meio ambiente’” (1973: 8), seja o espaço produzido pela sociedade industrial, seja o estado psicológico provocado por tal produção, sejam os malefícios físicos causados pelo modo de produção. Cansaço, acidentes e doenças, tudo agora faz parte de uma mesma coisa.

O momento ao qual George se refere, poderia afirmar Milton Santos (2009: 48-49), é aquele no qual aconteceria uma ruptura, sendo substituído o meio técnico pelo meio técnico científico informacional. Neste, o trabalho perde o que lhe resta de concretude para se tornar abstrato, o território é tecnificado e o meio ambiente apareceria frente aos homens, dissociado deles. Ou seja, é neste movimento que a natureza, autonomizada do homem, se transforma em meio ambiente, aparecendo perante a sociedade enquanto algo a ser regulado. George observa, então, que se daria como embuste a transposição do termo para um novo contexto, o das relações humanas. Por isso, Milton Santos (2009: 95) nos aconselha a tomarmos cautela com a abordagem dos temas que a atualidade nos impõe, pois que há aqueles temas em que a imagem prevalece sobre o conceito, podendo-o.

Na ecologia e no movimento ambientalista, muitas vezes, não se teve tal precaução e a discussão sobre a questão ambiental, surgindo correntes tão distantes da realidade e opostas entre si quanto são os posicionamentos políticos em jogo, na sociedade, cada uma delas criando os seus mitos. E com o fim da bipolarização política, durante os anos 1990, uma série de mitos se findaram também. Dentre eles, o de que o capitalismo teria preocupação com o meio ambiente, o que qualquer criança que pudesse entender que se as regras do jogo são voltadas para a obtenção do lucro e que concessões à questão ambiental o diminuiria logo desmentiria aquela sentença. Já parte da esquerda defendia que o sistema político socialista, por ser de economia planejada, tendo por finalidade a produção para sanar as carências básicas da população, teria maior cuidado com o meio ambiente. Este foi outro mito a cair, posto que, na prática, não foi o que se observou nos países que formavam a União Soviética. Pelo contrário,

uma intensa exploração dos recursos naturais, fundada em questões de disputas militares fez com que o meio ambiente fosse devastado nestes países (Manuel Correia de Andrade, 1993: 6). Manuel Correia de Andrade apontaria três correntes de posicionamento ecológico, sendo elas: a) Ecologia utópica, que defende a restrição total à natureza, ou seja, a natureza intocada, não levando em consideração o uso da natureza como recurso para uma população mundial constantemente crescente; b) Ecologia predadora, que marcham pela exploração da natureza, deixando a ela a obrigação pela sua recomposição; e c) Ecologia científica e racionalizada, que prevê o manejo da natureza para atendimento das necessidades humanas sem, contudo, destruí-la. Esta última, para o autor, seria a corrente mais acertada, visto que, defenderia Andrade, a exploração dos recursos deveria ser feita a fim de atender às necessidades humanas, contudo, de forma planejada, para se evitar exaurir o meio a partir do qual se daria a reprodução do homem. Esta ecologia substituiria, então, a utopia ecológica (1993: 7).

No Brasil, não se deram de forma diferente os discursos ecológicos. Perante um momento de crise, em meados da década de 1990, e na esteira da discussão sobre a internacionalização da economia e fomentação do neoliberalismo, contraditoriamente se defendia a empresa privada, por um lado, e, por outro, o discurso ecológico se intensificava, o qual, se tinha algo de real, seria só para legitimar um movimento que em muito era utópico. Manuel Correia de Andrade desconfiava ser a utopia ecológica uma substituta da utopia do socialismo real, o qual finalmente sucumbira junto ao muro de Berlin (1994: 25). Desta forma, o movimento ecológico teria grande importância para o autor, visto que ele seria responsável pelo monitoramento da ação predatória das empresas com suas novas tecnologias sobre o planeta, contudo, alguns destes movimentos teriam perdido o lastro com a realidade e se voltado ao flerte com soluções utópicas, enquanto que, por outro lado, haveria organizações e propostas com roupagem ecológica que teriam como fomentadores grandes grupos econômicos interessados em criar reservas naturais como garantias de exploração futura. (1994: 27-28)

Manuel Correia de Andrade se preocupou em reatar os laços entre sociedade e seu meio natural, para o que este geógrafo acreditava ser necessário o conhecimento aprofundado da natureza e sua preservação, contudo, de forma consorciada com a comunidade de cada lugar. (EVANGELISTA, 2010: 99) Sendo assim, Andrade não se encaixaria na crítica de Quaini (1979: 131) aos ecólogos de então que separariam as contradições naturais/territoriais das contradições sociais/ da força de trabalho. Argumenta o geógrafo italiano que Marx entendia a natureza e a sociedade, e, da mesma

forma, o território e a força de trabalho como inseparáveis. Com tal concepção, não se desvia Marx da crítica ao processo de produção de mais-valia quando aponta o processo de destruição da natureza e não deixa de acusar esta exploração ambiental quando revela a exploração de uma classe por outra - o que a crítica de esquerda geralmente faz.

Marx, contudo, não tinha, à sua época, as condições de degradação ambiental que temos atualmente, assim como a cisão homem-natureza não havia chegado, no final do século XIX, ao patamar hoje alcançado. No entanto, pôde perceber Marx o quanto tais processos foram acelerados pelo desenvolvimento das técnicas de produção, no final do século XVIII e século XIX, momento que se daria como ruptura no caminho da relação entre a sociedade e sua base material.

Quando vai pensar neste processo de ruptura entre homem e natureza, Milton Santos (1992: 96) parte de um momento em que o homem tinha uma ligação orgânica como o seu pedaço de mundo conhecido, próximo. Este seria o seu subsistema útil, seu quadro vital - a parte da natureza que lhe estaria disponível. Havia, neste momento, por um lado, comunicação entre os grupos e seus meios naturais e, por outro, o descompasso entre os grupos dispersos no espaço. Este era, nos termos de Santos, “o tempo do Homem amigo e da Natureza amiga”. Ainda, concordando com Horkheimer e Adorno (1985), aprofundaria a reflexão afirmando que se fôssemos escrever a história da ruptura entre homem e natureza, este corte coincidiria com a história do homem sobre a Terra. Contudo, se considerarmos o ritmo em que esta cisão foi se dando e pensarmos nos momentos de ruptura, dirá Santos que se a ruptura, até certo momento, seguia o ritmo dos passos dos homens, uma aceleração considerável dela ocorre no instante em que o homem se descobre enquanto indivíduo e começa a se usar da técnica para a dominação da natureza. A natureza surge, então, “artificializada” (1992: 96-97).

Sobre esta ruptura, Quaini (1979: 136) alerta para que não se a confunda com um marco divisório temporal. Não haveria antes da ruptura - da Revolução Industrial -, um “‘estado de natureza’ pré-capitalista” idealizado e a partir dela o começo da exploração do homem e da natureza como, acusa Quaini, desejavam “alguns socialistas utópicos”. Relações de escravismo e servidão já obedeciam à lógica da expropriação do produto do trabalho alheio e desde muito cedo acompanham o divórcio homem entre homem e natureza, o que quer dizer que a natureza já vinha sofrendo um processo de objetivação antes da ruptura da Revolução Industrial, os espaços sendo organizados a partir de demandas, num primeiro momento, internas às comunidades e, posteriormente, externas a elas - o que já tivemos oportunidade de discutir acima. Manuel Correia de

Andrade (1993: 7) se junta a Quaini e acusa que desde que chegaram ao Brasil os portugueses, há quase quinhentos anos - por isso, antes da Revolução Industrial -, até hoje, estes “anos de História do Brasil podem ser considerados como cinco séculos de depredação do meio ambiente, acompanhados de cinco séculos de poluição”. E neste movimento de ação sobre a natureza e sua alteração, diria em outro lugar Andrade (1994: 21), a sociedade se transforma também. Milton Santos (1992: 95), mesmo correndo o risco da redução da história por esquematismos, chamará aos momentos entremeados pelas rupturas “Sistemas de Natureza sucessivos”.

Portanto, diz Santos (1992: 97), o homem, que organizava o espaço conforme os recursos a ele disponíveis, com o passar do tempo e com a comunicação com outros grupos necessidades de produção voltadas para o exterior foram introduzidas, assim como novas necessidades e vontades criadas. O que Santos chama de organização do espaço e das sociedades começaram a seguir prioridades de produção externas ao grupo. (1992: 97). Se as relações com o meio se davam de forma concreta e as partes do todo se conectavam, por isso, organicamente, as rupturas e o processo de estranhamento com o espaço foram tornando as relações fragmentadas, pois estas passaram a se dar com parcelas do todo que já não encontravam, concretamente, para o homem, conexão consigo ou mesmo entre si. Os lugares, então, aparecem como pontos de encontro entre interesses próximos e longínquos, como nós de uma rede onde o mundial e o local se entrelaçam (SANTOS, 1992: 98). Simultaneamente, o trabalho se torna parte de um sistema, sendo, desta forma, cada vez menos local e concreto e cada vez mais global e abstrato. Por isso a relação do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, torna-se abstrata (SANTOS, 1992: 98), sendo a tecnização da natureza - na qual a técnica consegue imitar a natureza - uma continuidade do processo de abstração. A alienação é tamanha que hoje produzimos mais objetos do que nos milênios anteriores, enquanto que, com a mesma velocidade, nosso desconhecimento em relação a eles é maior (SANTOS, 1992: 99).

A natureza, então, continuamente objetificada, recebe novo ingresso da natureza na esfera do consumo. Espaços onde predominam elementos e ritmos naturais são agenciados e (re)colocados no mercado como mercadorias de exceção, raras, necessárias e indispensáveis (GEORGE, 1969: 8), a exemplo da faixa litorânea nordestina, onde Manuel Correia de Andrade (1993: 16) acusa a remoção de dunas e o aterramento de mangues para a construção de “cidades de veraneio”. Não só o mercado imobiliário se aquece neste novo momento, mas indústrias ligadas a produtos

ecológicos e organizações ligadas à defesa do meio ambiente lucram com seus produtos “corretos”. O próprio Estado angaria recursos por meio de impostos “ambientais”.

Milton Santos (1992: 97-98) observa que o desmembramento da natureza foi essencial para a sua identificação como mercadoria e, assim, sua unidade como tal. Se a natureza, num primeiro momento, era *una*, a fragmentação a permite ser *unificada*. Contudo, defende o geógrafo, mesmo após o surgimento do homem a natureza persistiu sendo *una*. Para Santos, é só pela mundialização do planeta que a natureza é unificada e, concomitantemente, fracionada e individualizada pelo mercado. Neste movimento, hierarquiza-se a natureza, o que lhe permite atrair diferentes graus de investimentos.

No entanto, não basta a separação do homem com a natureza para que esta comece a figurar como elemento e espaço essencial para o consumo. Para que tamanha empreitada se realize com sucesso, faz-se necessário aterrorizar as massas com promessas de cataclismas naturais decorrentes do caminho “errado” que a sociedade pode tomar (GEORGE, 1969: 9). “É preciso proteger o meio ambiente”: revistas, jornais, internet, políticos e o próprio papa já o disseram. Santos (1992: 100) está de acordo com George sobre o papel central da mídia no processo de produção de um discurso do medo sobre o meio ambiente. É por ela que vem sendo veiculado tal discurso sobre o meio ambiente, assim como também ela faz a mediação da relação homem-natureza. Se esta relação é mediada pela técnica, ela se apresenta na forma de enigma, desconhecimento. Isto porque a mídia, sem pudor algum, dissemina um discurso falacioso, uma fantasia, que nos embala em pesadelos profundos com o uso de um especialismo tecnicista na linguagem; obstaculiza o nosso entendimento. O laço do evento com a realidade é substituído por fantasmagoria, mistificando-o, o que antecipa a imagem frente ao significado. Ou seja, a fantasia passa ancorar os processos e o meio ambiente se reveste da imagem de cataclisma, o que pretere a formação do conceito ao discurso. O medo, portanto, criaria a natureza (SANTOS, 1992: 100-101). E assim se recomenda aos quatro cantos da Terra se acautelar com a constante destruição do meio onde se encontram as demais espécies do planeta, pois isso significaria o fim da própria espécie humana.

Este pânico traria à tona medidas utópicas como soluções. Uma delas e já clichê é a fuga para a natureza (GEORGE, 1969: 14). Se o meio tecnizado urbano apresenta a dissociação do homem com a sua base material de existência e reduziria no homem um mal-estar cada vez maior decorrente da alienação dele em relação ao espaço, à natureza, o melhor seria, considerando-se a causa aparente dos problemas, a volta ao lugar onde

romanticamente ainda se viveria uma relação mais concreta com o meio natural. Contudo, Quaini (1979: 138) alerta, a falsa exaltação progressista feita sobre a natureza, diferente de refazer a relação homem-natureza, baseia-se na sua dicotomia, sendo assim, reproduz esta. Outra medida que tem como origem o pânico em relação aos “potenciais” perigos naturais é a tomada de ações de purificação ou estatização do meio natural. Com este intuito, tenta-se inutilmente evitar que possa haver qualquer contato com bactérias que estão no ar, assim como se desconfia de qualquer alimento que não esteja esteticamente impecável. Se a terra pode conter uma microfauna e o sol pode causar câncer, evita-se o contato com ambos ou, se necessário o contato, usa-se de proteção para tal. Por fim, George (1969: 14) diz que associada às duas medidas anteriores há outro medo, o de perder as coisas essenciais à sobrevivência. Teme-se que os problemas ambientais cheguem a tal ponto que elementos essenciais à nutrição humana passem a escassear, ou mesmo que recursos minerais importantes para o desenvolvimento da sociedade sejam esgotados, problemas que poderiam nos levar um apocalipse. É contra tais consequências dos discursos ambientais que Milton Santos (1992: 101) sentencia a importância de se usar da ciência para a análise dos processos, e não a mídia.

Quando a mídia nos entorpece com o discurso sobre a destruição do meio ambiente, ela não nos esclarece, contudo, de que meio está falando, apenas sugere. Pierre George (1969: 10) percebe que, quando se usa a expressão “meio ambiente”, em geral, está-se querendo referir a um conjunto de efeitos de camadas sociais sobre determinados espaços, ou seja, a mão argumentativa pesa sobre as mazelas provocadas aos espaços onde tais grupos estão estabelecidos, não persistindo os mesmos critérios para se analisar espaços usados por comunidades tradicionais, tais como esquimós, comunidades montanhesas, quilombolas, indígenas e o campesinato em geral. O resultado dessa caracterização é a criação de um maniqueísmo, onde os bons se tornam os protetores do meio ambiente, enquanto que os maus seriam destrutivos a ele. Por este caminho, aqueles que pautarem suas ações e atitudes em sentidos que considerem os mandamentos do ambientalismo poderão ser chamados, de escudos-à-mão, à cruzada contra aqueles que, por outro lado, ignorariam a liturgia ambiental ou pior, rebelariam-se contra ela. Aos leigos e aos hereges sempre restaria estar entre a cruz e a espada.

Pierre George nos chamaria a atenção para um movimento de cisão entre a forma subjetiva e a objetividade do meio ambiente, sua forma concreta e sua forma de consciência. Enquanto que à objetividade do meio ambiente responderiam os processos físicos, químicos e biológicos atinentes à realidade exterior a nós ou ainda os mesmos

processos quando ocorrendo na materialidade do nossos corpos, à subjetividade do meio ambiente responderia a nossa tomada de consciência perante ele. Portanto, como produto alienado de seu trabalho apareceria frente ao homem o meio ambiente, coberto de capa naturalizante. Seria neste momento, com a tomada de consciência do homem frente ao espaço por ele produzido - o meio ambiente - que o processo se revelaria, despiando-se frente aos seus olhos (1969: 10-13).

Milton Santos (1992: 97), como já apontamos aqui, defende que o rigor científico seja usado para a formulação dos conceitos a partir dos quais se poderão discutir as problemáticas. Para o autor, os ritmos impostos hoje pelas necessidades e desejos humanos são distintos daqueles dos movimentos da natureza. Os problemas ambientais viriam daí, pois que o homem aparece como um fator natural frente a natureza, contudo potencializado. Contudo, o termo “meio ambiente” confunde a análise e substitui a “Natureza-histórica” por uma “Natureza-espetáculo”. (SANTOS, 1992: 102)

Assim, concordamos com Pierre George quando este critica que a defesa do meio ambiente se torna uma maravilhosa “plataforma publicitária para o lançamento de diversas operações especulativas” (1969: 121). Mesmo porque, alerta o autor, o “meio” só excepcionalmente é natural (GEORGE, 1969: 19), o que afirma que o espaço é modificado pelo homem (QUAINI, 1979: 49) ou mesmo, como nos demonstra Amélia Damiani (2000), produzido.

IV

O bairro da Riviera Paulista está localizado na zona sul da cidade de São Paulo, na margem esquerda da represa do Guarapiranga. Por motivo desta localização se dá o nome bairro, já que ele está às margens da represa tal qual a Riviera Italiana às margens do mar Lígure ou a Riviera Francesa às margens do mar Mediterrâneo. Como lugar que faz parte da metrópole paulista, processos que se deram para a formação desta são os mesmos que se deram para a formação do bairro. Contudo, simultânea e contraditoriamente o lugar, como parte, que é, do todo, tem suas particularidades em relação a outros lugares, todos espaços que dentro do processo de urbanização da cidade e sua implosão-explosão em metrópole, homogeneizam-se, ao mesmo tempo em que se fragmentam e, posteriormente, graças a esse movimento de homogeneização-fragmentação os lugares são passíveis de serem hierarquizados. Cabe lembrar ainda: o

lugar é uma escala na qual o particular e o global se cruzam. É nele que o cotidiano se realiza, mediando nossa relação com a realidade concreta e a abstraindo, alienando-a de nós, pois que a fábrica agora tende a se diluir em todas as dimensões da nossa vida, colonizando-a.

Não é novidade para ninguém que a metropolização de São Paulo se deu a partir de meados do último século, guardando especificidades relacionadas às particularidades do lugar naquele momento. Os primeiros núcleos urbanos do país, até meados do século XX não passavam de conglomerados recentes onde os senhores residiam enquanto que sua propriedade rural se localizava em outro lugar. Os lugares não tinham um fluxo considerável e estável de comunicação entre si. As relações econômicas orbitando e atravessando uma economia assentada no campo e voltada para o exterior não permitiam o desenvolvimento de relações sociais que ligassem os lugares. Ainda que se formassem zonas de produção agrícola, o contato com o exterior era predominante em relação ao contato entre as fazendas. Milton Santos (2009: 29) afirma se tratar o “urbano”, naquele momento, de um “arquipélago de cidades” muito mais do que de um território unificado por um processo urbano, em função de suas relações se darem dos lugares para com o exterior em detrimento de qualquer relacionamento duradouro e constante entre si. Por isso, afirmava o autor (2009: 22) se tratar esse momento muito mais de uma “geração de cidades” do que propriamente de uma urbanização. Contudo, justamente a riqueza e o povoamento produzidos pela economia do café conduziram a uma ampliação das relações que começaram a formar cidades como seus elos (SANTOS, 2009: 22). E é a partir desse movimento que teremos nosso primeiro momento de urbanização.

O estado de São Paulo, a partir do século XIX, com a produção do café, vai gerar uma centralização econômica que polarizará tanto territórios do sul quanto aproximará os do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Milton Santos atribui essa polarização às transformações técnicas no espaço em decorrência da produção do café e transformações nas relações sociais conduzidas pela disseminação da forma capitalista de produção. Assim, por um lado, o sistema de comunicação e produção é tecnificado e ampliado por meio de investimentos de capitais da iniciativa privada, o que importaria novos tempos gerindo os ritmos daqueles sistemas. São ferrovias ligando lugares antes inacessíveis ou mesmo acessíveis ao custo de longas e morosas jornadas, aos portos. A partir destes seriam exportadas as mercadorias, sendo o café a primordial delas. Os portos recebem melhorias e armazéns especializados na comercialização de mercadorias

voltadas para a produção agrícola começam a despontar em São Paulo e nas cidades do interior paulista. Bancos e escolas surgem nesse momento também. Relacionadas a um modo de vida urbano, companhias de telefonia e de energia elétrica são criadas. Por outro lado, as relações com o comércio exterior introduzem paulatinamente no estado formas capitalistas de produção, com o trabalho se alienando cada vez mais do seu produto. Novas formas de medidas e novas necessidades de consumo vão sendo introduzidas no lugar, assim, novas relações passam a se dar ali. Se a medida do corpo, concreta, era a medida usada nas relações comerciais, um sistema de códigos abstratos, então, passa a fazer a comparação entre as coisas, possibilitando a entrada no mercado de todas elas, já que agora são equiparáveis, igualadas como mercadorias. A divisão social e territorial do trabalho faz com que comerciantes concentrados agora nas cidades se tornem consumidores de produtos produzidos no campo, os quais os cidadãos não mais produzem. Essa dinâmica da polarização do estado de São Paulo já cria bases para a sua posterior industrialização. (SANTOS, 2009: 27-30)

Para Santos (2009: 37-38) e Quaini (1979: 131-133), este processo de concentração urbana é o mesmo da ruptura entre o homem e o meio. Este autor observa que a “concentração urbana”, que seria produto e condição do processo produtor de valor, distancia o contato do homem com a natureza por meio da inibição de uma troca orgânica entre ambos. O homem, num primeiro momento, obtém perante o seu meio os recursos naturais para a sua reprodução como tal, assim, relacionava-se com a natureza direta e concretamente, através do seu trabalho. Os resíduos do homem, nessa relação, voltavam à natureza na forma de adubo. Já num segundo momento, após a Primeira Revolução Industrial e a decorrente urbanização, o homem não interage com a natureza senão de forma abstrata, sendo a complementaridade acima apontada, interrompida. Já Santos ratifica a colocação de Quaini ao perceber que neste momento de transição, no qual o “meio técnico” substitui o “meio natural”, há interferência no relacionamento que o homem tem com a natureza, base material da sua existência. Explica o autor (2009: 48) que, até meados do século XIX o Brasil tem a exploração do seu meio natural dada “pelo trabalho direto e concreto do homem”. Durante este tempo, a natureza atua de forma intensa “na seleção das produções e dos homens”. Posteriormente, de meados do século XIX à metade do século XX, no Brasil se constituem “ilhas” de desenvolvimento técnico, vindo a acontecer só no último quartel do século XX a próxima e atual ruptura. É neste sentido que, como já tivemos a chance de expor em outro momento, Carvalho

(1991: 76) nos indica que a extensão territorial da cisão entre homem e natureza e de homens entre si é a divisão entre cidade e campo.

Justamente neste contexto é que o lugar que posteriormente virá a ser o bairro do Riviera tem sua origem moderna. Devido à demanda urbana por energia elétrica para fornecimento a novos serviços disponíveis na cidade, como os de luz elétrica, transportes e indústrias, a *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited* - ou “Light”, como é popularmente conhecida na época - obteve concessão de explorar serviços de geração e distribuição de energia na cidade de São Paulo e alguns municípios vizinhos (REIS, 2015: 1-2). Este movimento antecipa uma mudança no setor produtivo e indica, concomitantemente, a produção de um novo espaço paulistano, tecnificado e complexificado em relação ao seu espaço pretérito. Da mesma maneira, o trabalho também se complexifica, organizando-se espacialmente de uma nova forma entre campo e cidade.

Para a geração de energia elétrica que será consumida pelos equipamentos urbanos, tais como os serviços de iluminação das ruas ou o serviço de bondes elétricos, pelas casas, pelos comércios, empresas e fábricas, a “Light” constrói usinas geradoras de energia, sendo um desses equipamentos a usina Edgard de Souza, que então se chamava “Usina Geradora do Paraíba”, no rio Tietê. E como mecanismo de controle de vazão desta usina - que poderia perder sua capacidade produtiva caso nos meses de estiagem hídrica a vazão do rio Tietê para as suas turbinas fosse diminuída -, a “Light” constrói no então distante município de Santo Amaro um reservatório, que teria sua barragem a 15 quilômetros da malha urbana de São Paulo. O reservatório é feito num afluente do rio Pinheiros, o rio Guarapiranga, o que daria origem à represa de mesmo nome (REIS, 2015: 1-2). Sua construção se inicia no ano de 1906 e em 1908 é terminada.

Nota-se, neste momento, o espaço sendo produzido como exterioridade em relação ao homem, ou seja, a natureza é produzida pelo homem no processo de sua reprodução social e ela aparece frente ao seu produtor como ser estranho e autônomo dele. Os “sistemas de engenharia”, explicaria Milton Santos (2009), substituem os “sistemas de natureza” e produzem o enlaçamento dos lugares por meio da urbanização. Faz-se necessário lembrar, contudo, a crítica de Marx a Feuerbach, revelada a nós por Quaini (1979: 43) em sua obra *Marxismo e Geografia*. Através desta, percebe-se em Feuerbach uma naturalização do meio físico produzido em sua época. Enquanto este autor enxerga algo de eterno e dado no “espaço sensível” que está ao seu redor, Marx

indica que o mesmo espaço é produto da indústria e das relações sociais de tempos pretéritos e de então. Na mesma linha de argumentação, não era o lugar em questão, antes da industrialização de São Paulo (SPÖRL E SEABRA, 1997: 122) e sua urbanização, a natureza intocada dos românticos conservadores.

Odette Seabra e Andréa Spörl jogam luz sobre o processo de urbanização “desordenada” que acontecia na região, que hoje é a represa Guarapiranga em fins do século XIX. As autoras nos informam que na região haviam muitas chácaras que tinham sua produção voltada para sua subsistência e para o abastecimento da então pequena cidade de São Paulo (1997: 122). Grandes fazendas, como as da Baronesa de Limeira e do Herculano de Freitas também faziam parte das terras alagadas pela construção da represa do Guarapiranga. Com a migração de estrangeiros para o lugar, em especial alemães, os donos das chácaras encontram um negócio muito lucrativo no parcelamento e loteamento das mesmas para a venda de glebas aos recém chegados ao lugar.

Se durante o final do século XIX as principais atividades na região que viria a ser inundada pela represa eram o extrativismo vegetal e a agricultura, após a construção da represa Guarapiranga, atividades comerciais voltadas à recreação mudam o caráter do lugar. Faz-se necessário ressaltar, contudo, que a construção da represa inicialmente recebe diversas críticas da população de Santo Amaro, que teve suas terras alagadas para o armazenamento da água do reservatório. Reportagem do jornal *Tribuna Pública*, do começo do século XX, revela-nos isso. A reportagem destaca que a “Light” é acusada de lidar de forma autoritária com as questões públicas, noticiando as críticas severas feitas pela população à companhia que, não bastasse esse método arbitrário de relacionamento¹, era acusada de pagar indenizações aquém do aceitável pelas terras tomadas pelo reservatório Guarapiranga. Além disso, temia essa população que o lago se tornasse foco de doenças e alterasse o clima da região (REIS, 2015: 7).

Apesar disso, rapidamente o lugar começa a atrair paulistanos para passeios de final de semana. Esse fluxo de visitantes ao lugar e um mercado de terras efervescente, inaugurado pelo loteamento das grandes fazendas à migrantes europeus para fins de moradia, no final do século anterior - como já tivemos a chance de explicar acima -

¹ Na documentação referente ao Plano de Manejo do Parque Ecológico Guarapiranga, encontramos cópia de artigo de jornal, o qual acreditamos se denominar *Tribuna Pública*, criticando o método autoritário de lidar com a população de Santo Amaro, em reação ao caso da apropriação de área do então município para a construção da represa Guarapiranga. O artigo, denominado “A ‘Light’ em Santo Amaro”, ironiza, para acusar a empresa de capital canadense: “Fato curioso: O representante da Light para tratar com a população os assuntos relativos às desapropriações era o delegado de polícia da Vila de Santo Amaro”.

fomentaram o surgimento de uma incipiente malha urbana comercial que aos poucos vai produzindo uma materialidade que introduz novas relações com os espaços dali. Spörl e Seabra (1997: 125) descrevem a variedade de equipamentos particulares voltados à recreação que começam a ser criados no entorno da represa. Segundo as autoras, surgem “chácaras de recreio, habitações destinadas aos fins de semana, clubes náuticos, pensões, hotéis. Mais tarde surge nesta região o autódromo de Interlagos”. Marinas e praias improvisadas também são produzidas. Diferentes tipos de embarcações ofereciam passeios na represa, naquele momento (REIS, 2015: 21).

Em 1917 é criado o primeiro clube náutico da região: o inglês São Paulo Yacht Club. Os demais clubes náuticos são também ligados às colônias estrangeiras, o que torna as competições de vela competições entre nações. Há ainda o Clube Alemão de Vela (Deutscher Segel-Club), o italiano Yacht Club Italia e o primeiro clube brasileiro de vela: o Iate Clube Paulista. (REIS, 2015: 21-22).

Desta forma, a vasta área no entorno da represa Guarapiranga reforça seus incipientes laços com a cidade de São Paulo na medida em que esta, com seu movimento de espraiamento, vai em direção a Santo Amaro, então município paulista. Determinante para isso foi a represa e, em decorrência dela, toda a estrutura produzida para introduzir a região no processo de urbanização da capital paulista. O investimento no espaço para a produção dos instrumentos comerciais e para a produção dos lotes para comércio ou moradia se deu por iniciativa privada - como já foi dito - e apoio governamental. Estradas ligando Santo Amaro à São Paulo começam a ser feitas no final da década de 1920, por onde circulam mercadorias e pessoas, mas também informações, gostos, novas necessidades, modos de vida (BERARDI, 1969). Santo Amaro, a partir deste contato com São Paulo tem seu espaço alterado para atender às novas demandas deste município, alterando-se também, devagar, as relações sociais e as relações entre os lugares. Santo amaro estava entrando em um novo lugar na divisão territorial do trabalho, seu espaço sendo refuncionalizado, transformando-se de espaço de ritmos naturais, campo, para espaço de lazer dos paulistanos.

É no final da década de 1920 também que a represa Guarapiranga ganha uma nova função, que de controladora da vazão das turbinas para a geração de energia para os paulistanos passa a fonte de abastecimento de água para o consumo da cidade de São Paulo, a qual se espalha espacialmente e contará com um incremento populacional significativo (REIS, 2015: 5), nos próximos decênios (SANTOS, 2009). Em seu processo de urbanização, São Paulo se expandiu a ponto de anexar ao território de seu

município Santo Amaro, este se tornando bairro paulistano. Tal processo exige a venda de chácaras antigas, as quais foram loteadas e colocadas em pedaços no mercado imobiliário, tendo como alvo a população pobre expulsa do centro pela especulação imobiliária e mesmo migrantes (SPÖRL e SEABRA, 1997: 123).

Mais chácaras de recreação começaram a surgir na represa a partir da década de 1930. Os principais meios de acessos a elas, naquele momento, são embarcações de uma linha regular, autorizada pelo poder público a prestar seus serviços (REIS, 2015: 30). A expansão do uso do automóvel e as novas estradas abertas para a circulação destes dão maior acessibilidade ao lugar (REIS, 2015: 14). Junto a essas estradas, novos projetos de loteamento para residências de alto padrão surgem, dentre estes do da “Cidade Satélite Balneário de Interlagos” (QUEIROZ, Eliane e CHIARATO, Almir) e o da Riviera Paulista (REIS, 2015: 18). Subúrbios operários também são formados no loteamento das margens da represa, em área mais próxima a - no momento, já bairro paulistano - Santo Amaro. Com a canalização e reversão do fluxo do rio Pinheiros, loteamentos industriais em Santo Amaro e populares nas áreas da bacia do Guarapiranga foram abertos (SPÖRL e SEABRA, 1997: 126), estendendo dessa forma a malha urbana. É devido a esse conjunto de formas construídas sobre o espaço que se pode afirmar que a dinâmica para o desenvolvimento do processo de industrialização está estabelecida na região, pois esta reúne condições materiais e imateriais para que ali não só o parque industrial se consolide, como o processo industrial como um todo (SANTOS, 2009: 30).

Amélia Luisa Damiani (2000: 22) evoca José de Souza Martins ao apontar que a origem da industrialização brasileira - e, dentro dela, especificamente, a de São Paulo - não se encontra nas altas e baixas do café, mas ligada a um “complexo de relações” que escapa da indústria cafeeira. São produtos de origem “artesanal e doméstica” que abastecem a cidade tanto na sua área central quanto nas periferias. Tais produtos se encontram em pequenos comércios, os quais se dispersam pelo estado paulista, integrando cada vez mais as economias dos lugares. O aumento da fluidez no território e a expansão do capitalismo no país faz com que produtos que vinham sendo apropriados sob a lógica do uso ou mesmo que tinham circulação local passassem a ser valor de troca. Nesta esteira, amplia-se a possibilidade de consumo, o que, simultaneamente, amplia a produção de mercadorias. As relações de troca, então, aumentam, expandindo-se também o mercado (SANTOS, 2009: 46).

A urbanização, contudo, só se torna, de fato, processo nacional a partir da industrialização, que a conduz. Santos (2009: 30) indica que é a partir da década de 1940 que a lógica da industrialização começa a prevalecer. No entanto, alerta que a industrialização tem que ser pensada num sentido amplo, não apenas como atividades industriais que se realizam num lugar. Industrialização, a partir deste movimento, é entendida como “processo social complexo”, que envolveria tanto “a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas”, complexificando as relações sociais e ampliando a urbanização à escala nacional (SANTOS, 2009: 33).

Um vasto crescimento demográfico acarretado pela indústria se torna a base do processo de urbanização. Não é por menos que Santos (SANTOS, 2009: 77) afirma ser a “revolução urbana brasileira consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950”. Assim, o forte desenvolvimento de urbanização no Brasil, verificado, neste momento, é simultâneo das taxas de crescimento demográfico. São causas destas as altas taxas de natalidade e a queda nas taxas de mortalidade, no que influenciaram as melhorias sanitárias, a melhoria dos padrões de vida e ao longo do processo, a própria urbanização (SANTOS, 2009: 33). Mostra Santos que se entre as décadas de 1940 e 1950 a relação entre a taxa de natalidade e a de mortalidade no país era de aproximadamente 2 para 1 respectivamente, no decênio seguinte essa relação passaria a ser de 3 para 1. José Ribeiro de Araújo Filho (1956: 23) confirma esse crescimento populacional e mostra que os distritos de Capela do Socorro e de Santo Amaro, de 1940 a 1950, mudaram sua população de 9.474 a 77.742 e 15.248 a 40.115 respectivamente, contrastando esse incremento populacional com o decréscimo nos bairros operários mais tradicionais da cidade.

Entretanto, é durante a década de 1960 que a integração da região da represa Guarapiranga com São Paulo é consolidada, o que é permitido por investimentos viários feitos na capital paulista. As vias marginais do rio Pinheiros são produtos deste momento. A concentração de estabelecimentos fabris em Santo Amaro contribui também para esta integração, adensando o lugar, o que dá novo vigor ao mercado imobiliário. Loteamentos populares seguem sendo abertos (SPÖRL e SEABRA, 1997: 126) nas periferias para consumo pelos mesmos populares expulsos dos bairros centrais devido a valorização dos terrenos nestes lugares. Assim, o mercado imobiliário age nas duas pontas do processo: enquanto, de um lado, expulsa os pobres das áreas centrais, por outro loteia e vende as terras próximas à represa a eles. Mesmo o movimento da

industrialização tem no mercado imobiliário o seu fator de expansão à Santo Amaro, posto que o espaço se torna caro no centro, assim, onerando mais o bolso dos industriais nos impostos sobre a propriedade. Os alemães que perderam suas terras para a instalação das fábricas é que pagaram a conta (BERARDI, 1969: 127).

Neste momento, Santo Amaro é um dos principais polos industriais paulistanos - o que se reforçaria na década seguinte, muito devido à política de concentração de investimentos do Milagre Econômico nas regiões Sudeste e Sul do Brasil -, com uma concentração fabril importante próximo ao rio Pinheiros. A população que ali vem trabalhar e não tem poder aquisitivo para morar em áreas de urbanização mais antigas e centrais é empurrada para a periferia Sul da cidade, onde encontram lotes a preços mais acessíveis próximos a córregos que alimentam a represa Guarapiranga (REIS, 2015: 24).

Estes loteamentos de baixa renda nas áreas de mananciais se aproveitam das antigas chácaras de recreio existentes no lugar, as quais são desvalorizadas na medida em que, de um lado, as águas da represa vão ficando mais poluídas e, de outro, encaminha-se aparato legal para a restrição do uso do solo destes lugares². Desta forma, bairros de baixa renda são formados sem o acesso aos serviços públicos de luz, coleta de lixo, esgotamento etc. (REIS, 2015: 24). Esta população que vai em busca de moradia é “predominantemente composta por migrantes nordestinos” (SPÖRL e SEABRA, 1997: 123). Desta forma se reproduz o urbano às margens da represa Guarapiranga e é neste movimento que a metropolização de São Paulo se realiza.

Sandra Lencioni (2003: 40) vai colocar em questão a perda de importância que São Paulo sofreria como centro industrial. A autora insinua que o processo de metropolização ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 em São Paulo revelaria um “processo de desindustrialização relativa”, o que dá centralidade à nova função de concentração de serviços superiores e reprodução do espaço urbano - e assim, da vida - a partir deles. Ou seja, a metrópole se formaria a partir da desconcentração da indústria e substituição dela por serviços ligados à financeirização. Apesar desta transformação produtiva, numericamente, elucida Lencioni, a quantidade de trabalhadores da indústria em São Paulo ainda seria significativa, tendo o segundo município paulista em número

² A Lei de Proteção aos Mananciais, de 1975 veio ao encontro de um clamor dos proprietários de aparatos recreativos da região da represa Guarapiranga, mas tem enraizado em si duas justificativas: ser decorrente da poluição da represa, que na década de 1970 alcança níveis já alarmantes, e da insurgência de um discurso ecológico - como já demonstramos acima.

de trabalhadores ocupados no setor industrial, São Bernardo, 10% do número de trabalhadores que tem a capital paulista.

Esta substituição de centralidade produtiva induz o processo de metropolização e, com ele, uma alteração da relação entre espaço e tempo, sendo as “diferenças nas velocidades dos fluxos”, o que caracteriza os espaços metropolitanos mais densos. Isto porque o processo de urbanização, ao mesmo tempo que homogeneiza os lugares, fragmenta-os para em seguida os hierarquizar. Os espaços, então, ficam dotados de diferentes temporalidades, ritmos. (LENCIONI, 2003: 41)

Francisco Bertolotti (2006: 35) entende a metropolização de São Paulo como resultado de dois processos: industrialização e migração em massa. Estes fazem com que as formas do urbano implodam e, ao mesmo tempo, a malha urbana exploda, como é o caso da ocupação das áreas de mananciais da periferia Sul de São Paulo. É o processo de implosão-explosão da cidade: ao mesmo tempo em que os bairros antigos são esvaziados e ressignificados em seus usos, os moradores da cidade se deslocam para as periferias dela, onde se amontoam.

Este processo de expansão da cidade tem dois setores condutores, para Bertolotti (2006: 36): o de transportes, que com a introdução de mais e melhores meios de transporte e a produção de vias permitem o espraiamento da cidade para suas periferias, movimento o qual é orientado, no entanto, pelo outro setor condutor da expansão, o imobiliário, de forma que já foi esclarecida acima. É desta simbiose entre os setores que as periferias vão surgindo cada vez mais distantes, esticando a mancha urbana e populando e povoando as áreas de mananciais. (BERTOLOTTI, 2006: 37)

Milton Santos (2009: 32) também não deixa escapar o caráter quantitativo da metrópole, tal qual Bertolotti aponta quando fala da migração enquanto causa de metropolização. No decênio de 1970, São Paulo e Rio de Janeiro juntos acolheram mais migrantes do que o restante das regiões metropolitanas do país. É durante esta década também que a população da cidade ultrapassa a do campo. A questão demográfica volta à tona, então, na mesma década em que o discurso ecológico entra em cena.

Quando acima se disse que o parque industrial de Santo Amaro se tornou destino da mobilização, que trouxe uma enorme população para a região Sul, da capital paulista, onde, em áreas de mananciais, lotes eram vendidos, à beira dos córregos que abastecem e formam o reservatório Guarapiranga; e quando se disse que o mercado imobiliário intensificava também esta mobilização, se o fez a partir do entendimento de que a “população excessiva”, “desnecessária” no lugar, que frequentemente aparece como

causadora da degradação do meio natural - forma como, em geral, essa população participa do discurso ecológico -, a população que cresce a passos largos na metrópole, em especial em suas periferias, durante as últimas décadas não é um fenômeno vazio, carente de historicidade (MOREIRA, 1987: 43). O processo populacional tem seu contexto concreto de produção e reprodução, assim como especificidades relacionadas a momentos histórico-espaciais dos quais eles fazem parte. Assim, são alarmistas e superficiais discursos sobre, por exemplo, a ameaça à Bacia do Guarapiranga criados pela explosão demográfica, como os que saem na mídia (REIS, 2015: 24). Em geral, abordagens que tratam a questão ecológica desta forma não chegam à raiz do problema, reproduzindo, então, a cisão entre o homem e sua base material de reprodução.

Sobre a explosão populacional, Ruy Moreira (1987) vai alertar que a superpopulação tem início no campo, o que quer dizer que ela não é um fenômeno urbano, por excelência. Ela advém de processos histórico, sociais e geográficos tais como a concentração de terras nas mãos de poucos e a consequente expulsão dos camponeses destas terras e dos espaços comuns; a tecnificação no campo, o que torna o trabalhador cada vez mais desnecessário; a concentração de renda e empregos nas cidades, a partir da indústria e sua necessidade de braços; políticas migratórias; a produção de discursos etc. Por isso, para que o processo populacional tivesse início se fez necessário um processo de acumulação primitiva, o que Jean-Paul de Gaudemar (1977) nos demonstraria ser um pressuposto da mobilidade do trabalho. Dito de outra forma, o estabelecimento da propriedade privada da terra está na origem do deslocamento de pessoas e concentração delas em determinados lugares, ao longo do tempo e do espaço. Só um mecanismo de apropriação privada da terra poderia dar início a um processo no qual a força de trabalho se liberta duplamente – positiva e negativamente, segundo Gaudemar – da fixidez e prisão na qual era aprisionada e vai por si própria ao lugar de sua exploração, momento indispensável para a gênese do capitalismo (1977: 192).

Moreira, num panorama histórico revela na acumulação primitiva o processo de produção de superpopulação. E esclarece que, no plano do discurso, este fenômeno era visto de forma negativa por atores ligados a setores retrógrados da burguesia, que não eram ligados à burguesia industrial e, por isso, vinham perdendo poder às vésperas da Primeira Revolução Industrial. Malthus é o principal representante deste grupo, enquanto que os representantes da burguesia comercial e industrial, que tem como ilustres porta vozes Smith e Ricardo, respectivamente, enaltecem o fenômeno da

superpopulação, pois a indústria necessitava de braços disponíveis para o trabalho fabril. (MOREIRA, 1987: 61-62).

Marx, por sua vez, apesar de a superpopulação não ser objeto direto de sua análise, apresenta apontamentos que historicizam a dinâmica da população, localizada “na dinâmica da produção histórica da sociedade” (MOREIRA, 1987: 65). Moreira diz que, para Marx, há leis concretas, em cada sociedade, determinadas pelo seu modo de produção, o que em outras palavras quer dizer que os fenômenos populacionais são expressões deste modo de produção, que não é senão outra coisa que as relações de produção que estão na base da sociedade. Desta forma, Marx se contrapõe à Malthus afirmando que o fenômeno populacional tem historicidade-concreta e é social (MOREIRA, 1987: 65-66).

Quaini é outro autor que revelará a crítica de Marx à Malthus, quando este relaciona a população à destruição da natureza. Marx afirma, segundo Quaini, que só é possível fazer esta relação entre população e natureza quando a primeira se torna abstração. No entanto, quanto aos homens em sua concretude, é no modo de produção capitalista que eles mesmo produzem sua superpopulação relativa (1979: 49).

O que Marx percebe em Malthus é que este autonomiza o homem a partir de leis abstratas e naturaliza seu agrupamento na forma de população. Assim, a crítica vai no sentido de dizer que Malthus não enxerga que o incremento demográfico se deve a determinações históricas, que são a base das “*leis naturais* concretas” do homem em determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas do capital (QUAINI, 1979: 49-50).

Outro fator que evidencia Moreira é a influência das melhorias sanitárias para o incremento populacional. São produtos da mundialização das trocas a mundialização da “revolução da higiene social”, que traria uma série de procedimentos sanitários novos e construções de espaços de saneamento. Já se mostrou acima que também Milton Santos (2009: 33) entende as “revoluções sanitárias” como precursoras da “revolução demográfica”, ainda que esta se desse, primeiramente, no campo.

Contudo, de fato, é a cidade o *locus* por excelência do sanitarismo e da neutralização da natureza. Por isso, a expansão de uma lógica urbana possibilitou a ascensão das taxas populacionais acima do incremento que elas tiveram no campo, seja através do sanitarismo, seja da concentração populacional oriunda de processo migratório.

Quaini, em relação ao despovoamento do campo e concentração urbana enfatiza o caráter territorial e social do fenômeno. Para o autor, o êxodo rural seria causa da “ruptura do vínculo sociedade-natureza”. Portanto, o processo de cisão seria tanto territorial quanto social, na medida em que o processo migratório se espalha com concentrações diferenciadas no espaço. Ampliando a concepção de Quaini, poder-se-ia dizer que são os dois processos “faces de uma mesma moeda: a acumulação capitalista”, que para ser possível precisou ser antecedida historicamente por uma acumulação primitiva (1979: 133).

A metrópole, a partir da década de 1970, expande-se para o Sul sob uma nova forma predominante de moradia: a favela. Se num momento anterior os loteamentos eram a forma, por excelência, de moradia popular disseminada na região da represa Guarapiranga, a população carente de moradia não busca mais apenas no mercado uma forma de viver na cidade; agora ocupa terras. Passam a viver, lado a lado, então, as duas práticas ilegais perante o recém-criado regimento estadual, desenvolvido em 1975: o loteamento, que é, a partir de então, clandestino, nas áreas de mananciais e a ocupação de terras e posterior favelização na mesma região.

Assim, um dos principais fatores a fomentar a expansão da urbanização nas áreas de mananciais, que se dá no processo de metropolização, é a Lei de Proteção aos Mananciais, do ano de 1975. A lei foi criada com o intuito de regulamentar, dentre outras coisas, o uso do solo da bacia do Guarapiranga, visando a proteção das nascentes, córregos, rios e a própria represa, corpos de água já com algumas ocupações às suas margens e muito poluídos já neste momento. Tal empreitada, no entanto, não dá certo, como alertam Andréa Spörl e Odete Seabra (1997: 126), pois a lei não veio articulada com outras medidas que lhe dariam suporte (REIS, 2015: 25-26). “A proximidade da área de concentração de empregos” (SPÖRL e SEABRA, 1997: 126) e a valorização das glebas das áreas centrais da cidade, que contam com estrutura urbana já consolidada, assim como o incremento populacional na metrópole, fazem com que apareça a região da represa como lugar privilegiado para a moradia dos pobres de São Paulo que trabalhassem. Isso porque a Lei de Proteção aos Mananciais não considerou a necessidade de uma política habitacional que atendesse à essa demanda crescente por moradia na metrópole paulista.

Ao mesmo tempo, a represa se encontra já bem poluída em 1970 e as terras ao seu redor, em decorrência disso e da própria lei, desvalorizadas. Isso porque, ao não vislumbrar uma política para moradia popular nas proximidades da represa

Guarapiranga, restringe uma série de alternativas para que uma política habitacional se dê, proibindo assim, nas áreas de mananciais, o loteamento popular de terras, a “construção de edifícios, pavimentação de ruas, rede de água e esgoto, etc, nas áreas de proteção aos mananciais”. A população trabalhadora da zona Sul não teria, portanto, onde morar. Não cessa também o despejo de esgotos e dejetos fabris na Billings, que, por isso, não poderia mais ser área de captação de água para consumo humano. Os donos de chácaras não sabem o que fazer com os terrenos que ficam desvalorizados no entorno da represa Guarapiranga. Como a lei não resolveu esta questão e tampouco a da poluição das águas, o preço das terras caiu muito no mercado imobiliário, já que não se podia construir nelas. Somado a tudo isso, uma deficiente legislação pública e o desespero dos donos das chácaras de recreio da região frente à crescente desvalorização de suas terras fez com que começasse a proliferar loteamentos irregulares no lugar, o que permitiu que a demanda popular por moradia começasse a ser atendida pelo mercado imobiliário. A população mais pobre começa a comprar lotes clandestinos e este negócio começa a se expandir muito. Estes loteamentos não têm escritura, tampouco rede de água, esgoto ou luz, pois eram proibidos. O caminho óbvio dos dejetos produzidos nas moradias são os córregos que deságuam na represa (REIS, 2015: 24-26).

Andréa Spörl e Odete Seabra vão descrever o movimento de surgimento de favelas na zona Sul de São Paulo. Relatam as autoras que “a população que se assenta nas favelas não tem renda suficiente” (1997: 123) para comprar os lotes, ainda que com preços baixos devido à ilegalidade da sua venda, e parte para a ocupação. Isto seria sintomático de uma urbanização que ultrapassa o número de pessoas empregadas, o que revela um processo produtor de excedente de mão de obra. O terciário toma a frente então como setor que absorve essa mão de obra excedente, incorporando-a ao mercado (1997: 121-122). Assim, a metropolização brasileira, e, especificamente, a paulistana, realiza-se engatinhando enquanto o seu setor econômico predominante é o industrial, andando com pisadas firmes quando a reprodução se realiza através do setor de comércio e serviços, sejam eles de ponta ou os comércios populares que Milton Santos chama de “circuito inferior”. É desta forma que a metrópole produz um novo espaço que não é mais o industrial-urbano, mas sua reprodução ampliada. O espaço é reproduzido, assim, de forma diferencial e externa, de forma que os pedaços mais urbanizados são produzidos por pessoas que não usufruem dele, não o enxergam como seu espaço. Para essas pessoas, a parte que cabe da urbanização são, no máximo, os

espaços prenhes dela, no sentido concreto, o que dito de outra forma quer dizer que essas pessoas estão sujeitas a viverem em espaços precários, sem estrutura de serviços e equipamentos públicos que lhes possam servir, e, na medida em que estes equipamentos e serviços chegam ao lugar, este se valoriza e as pessoas tendem a ser expulsas dele para novos e mais distantes espaços precários. Apesar disso, a racionalidade urbana, os discursos, as ideias já fazem parte do lugar, mesmo antes dos equipamentos e serviços fazerem. Assim, a urbanização se desenvolve de forma crítica. (DAMIANI, 2000).

Com a crise da década de 1980, a quantidade de desempregados na cidade aumenta e grande parte daqueles que têm empregos estão sujeitos a salários precários, se comparados aos passos largos que dá a inflação, naquele momento. A população pobre, que é a mais atingida nos momentos de crise, se vê em desespero perante a dificuldade de comprar terra para construir sua casa ou mesmo alugar uma moradia. Neste contexto é que mais se proliferam as moradias em cortiços, lotes clandestinos e a favelização na área de proteção aos mananciais (SPÖRL e SEABRA, 1997: 123), tendo essa população pobre o bairro do Riviera Paulista como um dos seus destinos.

Atentando-se a este processo de reprodução da urbanização, evidencia-se que ela se reproduz de forma crítica. À metrópole de São Paulo, portanto, não é fenômeno acidental ou seu resquício a favelização, mas parte constitutiva dela, intrínseca. A metropolização se expande e reproduz como contradição entre áreas de moradias nobres ou postos de trabalho de indústrias ou comércio de ponto e favelas, onde residirão as pessoas que vendem a força de trabalho nos locais de trabalho ou ainda as pessoas que fazem parte do “circuito inferior da economia” (SANTOS, 2009).

Desta forma, sentencia Damiani, a urbanização em nosso país se dá de forma crítica, pois na medida em que ela existe para uns, por isso mesmo, contraditoriamente, é inexistente para outros (2000: 31), ou seja, se a urbanização se reproduzir como desenvolvimento para uns, é como miséria que ela deve se dar a outros. É assim que o urbano é implodido e explodido na metrópole, que tem esse movimento como sua contradição. É na escala metropolitana que se liga, completa e indissociavelmente, a região da Riviera Paulista à São Paulo, e, da mesma forma, o local ao global.

Bertolotti ressalta que não existem relações sociais que não sejam vinculadas a relações com o meio natural, seja este a primeira ou a segunda natureza. Não há autonomia do homem frente à natureza, por mais que se tenha desenvolvido a sociedade tecnicamente. Se há relações conflituosas entre homem e natureza é porque as

antecedem relações conflituosas dentro da própria sociedade, as quais são reflexos do nosso modo de produção (2006: 59).

O autor se apropria de Daniel Bensaid e ratifica a colocação de que há uma “crise que é social e ecológica”, que se relaciona com a incomunicabilidade entre o mercado e os ritmos das relações entre os homens e entre estes e a sua base natural de reprodução. São necessidades do capital e não as dos homens que são realizadas no modo de produção capitalista, aparecendo homem e natureza como meios de produção neste processo (2006: 59-60).

Bertolotti se apóia em Lefebvre para afirmar que a crise ecológica é também “uma crise da produção do espaço”. E é na “(re)produção da periferia urbana de São Paulo, nos mananciais da represa Guarapiranga” que ele vai exemplificar esse processo. Aponta o autor que antes do conflito entre a população e a natureza, na região da represa, houve conflito entre os atores sociais e suas respectivas classes envolvidas na disputa pelo lugar. Esse processo é revelador de uma “urbanização crítica”. Assim, a crise ambiental não tem nos moradores pobres a causa da degradação dos mananciais, como o querem alguns discursos ecológicos e o noticiário alarmista, e sim na urbanização crítica, que tem por base a crise do trabalho, a desigualdade social e a reprodução do espaço como mercadoria. (2006: 59-60).

À conclusão parecida chegaria Andréa Spörl e Odete Seabra (1997: 129-132) ao revelar “que a prática social de ocupação na bacia do Guarapiranga” é um processo que se dá, desde o seu início, conduzido pelo mercado imobiliário, que na região às margens da represa Guarapiranga tem seu vigor na carência habitacional de uma grande parcela da população, enquanto que nas mãos de poucos se encontram concentradas vastas áreas. A lei de Proteção aos Mananciais, ao desconsiderar a causa do processo de ocupação das áreas de mananciais, intensificou-as.

Como ato final da tragédia ecológica no bairro da Riviera Paulista, foi criado, no final da década de 1990, um parque: o Parque Ecológico Guarapiranga (PEG). Uma vez mais se deu atenção à questão relativa à proteção aos mananciais em detrimento da questão habitacional. O território do parque se sobrepôs a moradias populares que haviam se instalado na região, reintegrando a posse dele junto ao estado paulista. O PEG retoma a antiga função do bairro em relação ao restante da cidade, que é a de ser seu espaço de lazer.

Pierre George tece comentários sobre a criação de parques públicos, produzidos sob a lógica do discurso ecológico. Ele vai considerar que uma contradição rege a

periferia próxima aos centros urbanos: a oposição de “espaços de serviço” à espaços de lazer. Os primeiros negam qualquer aproximação com a natureza, suas atividades sendo, pelo contrário, repelentes a ela. Dentre estes serviços, elenca o autor “os cemitérios urbanos, os aeroportos, os mercados atacadistas, as ‘grandes áreas comerciais’ com seus parques de estacionamento, os pátios de triagem ferroviária, os depósitos de gás e de petróleo, os terrenos baldios onde se acumulam lixo, carcaças de automóveis e ferros velhos, as usinas de incineração de lixo” (1973: 89-90).

Tais espaços teriam uma relação direta com o número de indivíduos beneficiados pelas “zonas de lazer” conforme sua distância dos locais onde reside a população urbana: quanto mais próximos desta, mais pessoas podem usufruir deles. Uma eficiente comunicação por meio de transportes coletivos também pode aumentar a acessibilidade a estes espaços. Da mesma forma, há uma comunicação entre a quantidade de serviços, de “cenários” que o espaço de lazer oferece e o seu custo, sendo que quanto mais “*fabricado*” for o espaço, mais se pagará pelo seu consumo. Este espaço valoriza a região toda que se encontra ao seu entorno, elevando os preços dos aluguéis, das moradias, dos serviços.

A disponibilização destes pedaços específicos de espaço, por meio do poder público, ao consumo da população urbana implica em “modificações profundas” neste espaço (GEORGE, 1973: 91). Libera-se o espaço para servir como lugar de lazer à população e se perde a possibilidade de sua preservação, a qual advém do isolamento deste espaço ou de relações mais orgânicas entre ele e o homem. Não é demais citar que o que assegura a existência do PEG é, primordialmente, o público que o frequenta e dele usufrui, sendo as atividades do parque voltadas ao atendimento deste.

Produz-se - ou, nas palavras de George, “organiza-se” - o espaço para a permanência de pessoas tanto quanto para o seu trânsito, o que requer estrutura de recepção, acomodação, entretenimento de visitantes etc. A “diversidade e qualidade dos equipamentos” produzidos sobre o espaço para as finalidades acima apontadas é que devem ser o principal fator de atração dos lugares. No caso do PEG, trilhas abertas no meio da vegetação, pistas de cooper, lago de tartarugas, quadras poliesportivas, campos, brinquedoteca, e mais uma série de equipamentos que foram e são produzidos no espaço de uso intensivo do parque. Uma avenida que atravessa o parque, bicicletário e estacionamento são garantias de acesso a ele por diferentes modalidades de transporte e, no caso de transportes particulares, a garantia de que estes não estarão sujeitos a todo tipo de prejuízos possíveis caso estivessem estacionados na rua. O “meio ambiente”,

desta forma, mune-se de serviços, equipamentos e ritmos da metrópole no meio dos quais, timidamente, vivem formigas numa árvore. Disto o caráter ambíguo da expressão que, tendo em si o lazer como função e significado, reproduz os problemas ambientais que pretendia combater (GEORGE, 1973: 92-94).

CONCLUSÃO

A relação homem-natureza começa o seu processo de cisão já quando o homem se percebe enquanto sujeito pensante frente à natureza, sua base material de reprodução. Isso revela que o momento do nascimento do homem é o mesmo do momento do nascimento da natureza. Contudo, apesar dos momentos de rompimento, o homem permaneceu mantendo laços orgânicos, cada vez mais fragilizados, com a natureza. O acontecimento da Revolução Industrial e a urbanização dela advinda é que tem causado o maior distanciamento entre essas duas parcelas da totalidade.

A geografia, desde o seu nascimento, discute a relação entre o homem e o meio, partindo de escolas de vieses naturalistas e alcançando, do meio para o fim do século passado, a superação do entendimento de um espaço organizado para o entendimento de um espaço produzido, transformação que ocorre, aqui no Brasil, no calor da urbanização no país, a qual, por volta de 1970, expandiu-se e se alterou na forma de metropolização, em alguns lugares. Neste processo, o homem, por meio de seu trabalho, produz um espaço no qual ele não se vê, que é externalidade a ele - homem-; uma mercadoria; fenômeno que só poderia ocorrer num modo de produção específico: o capitalista.

Esse processo de (re)produção do espaço e (re)produção do urbano a partir da metrópole homogeneiza os espaços, permitindo que, ao mesmo tempo, fragmente-se eles e os hierarquize. Numa escala criada, os espaços são diferenciados e hierarquizados também por suas funções. A região da represa Guarapiranga, por exemplo, passa de região produtora de produtos orgânicos a serem vendidos à cidade de São Paulo, à região de lazer e, posteriormente, de proteção. Concomitantemente, tornou-se região de abastecimento de água e de mão de obra para as indústrias, assim como região de moradia. Essa refuncionalização do lugar se deu com a expansão da malha urbana até ele, o que transformaria o espaço dali base material do homem, causando um movimento de igualamento dos gostos, dos modos de vida.

Neste mesmo momento, década de 1970 e perante a degradada situação ambiental mundial, o discurso ecológico ganha força. No entanto, o faz carente de rigor científico ou, ainda, mal intencionado. Sem se propor a pensar na origem do ruído entre o homem e o seu meio natural, o discurso ecológico reproduz a autonomização de um perante o outro e, ao invés de reatar os laços entre ambos, distancia-os mais. É por isso que à crítica ecológica a população que vai residir nas áreas de mananciais da periferia Sul de São Paulo aparece como problema a ser regulado, pois, ao se autonomizarem

natureza e sociedade, particulariza-se o atendimento do problema, pretendendo-se com a posterior articulação das partes, individualizadas e discernidas em suas ordens internas, a formação de um todo harmônico.

Um dos principais canais de difusão desse discurso é a mídia. Aparecendo esta como uma forma de mediação entre homens e o espaço, ela mistifica-o. Suas estratégias para isso são uma organização de imagens e discursos num planejado marketing do medo. Este marketing atemoriza as pessoas e produz mocinhos e bandidos.

Por isso, a população aparece como superpopulação nas áreas de mananciais do Sul da metrópole, o que revela um discurso populacional internalizado pelo discurso ecológico. Relação homem-meio aparece, aqui, como relação necessidade-recursos, tamanho da população-estoque de recursos, consumidor-mercadoria rara. Neste sentido, o discurso ecológico, ao contrário de proteger a natureza, como se pretende, recoloca-a no mercado como mercadoria exclusiva, intensificando a sua exploração.

Neste contexto que a Lei de Proteção aos Mananciais e a ocupação da região da represa Guarapiranga por pobres se inserem. De nada interessa se há um movimento de expansão da metrópole para os contrafortes ao Sul da cidade, conduzida pelos setores imobiliário e industrial, originando um grande contingente populacional pobre e carente de moradias, na região. A Lei de Proteção aos Mananciais, no sentido de regulamentar essa população, coloca-a como culpada da degradação das águas do reservatório Guarapiranga e impede o seu acesso ao espaço. O discurso ecológico se introjeta num aparato legal, o qual intensifica a urbanização dada de forma crítica. A urbanização crítica, na sua lógica “excludente”, mais apropriadamente, de inserção negativa, apresenta como moradia a pessoas pobres no espaço urbano formas precárias, sendo, na região dos mananciais, no Sul da metrópole, e no próprio bairro da Riviera Paulista suas principais formas a autoconstrução de moradias em lotes clandestinos e a favelização. É por isso que não se pode colocar a superpopulação e a favelização como resquícios da metrópole brasileira, pois elas são fenômenos intrínsecos à esta, sua identidade. A metrópole se expande como desigualdade.

Detecta-se, assim, uma oposição entre o entendimento do espaço produzido como mercadoria e o entendimento do espaço como meio ambiente. Enquanto este encontra no homem o problema da crise ecológica, o entendimento que aponta uma urbanização crítica percebe que esta crise é reflexo da crise intrínseca do capital, já na sua cisão homem e natureza, sujeito e objeto. Com isso, entende que o espaço vem sendo produzido e reproduzido como mercadoria, especialmente pelo setor financeiro,

em São Paulo, assim como também pelo turístico - no que o discurso sobre o meio ambiente em muito contribui. Um parque foi construído na Riviera Paulista dentro deste movimento, e se inegavelmente ele aparece como uma agradável ilha de lazer, ao mesmo tempo, é parte e repõe essa urbanização crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: _____. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 17-46.

ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste - Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. Homem e natureza: por uma política de meio-ambiente para o Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, AGB, Seção Local de Presidente Prudente, No. 15, setembro de 1993. p. 6-17.

ANDRADE, Manuel Correia de. A geografia e a sociedade. In: _____. *Uma Geografia para o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 21-35.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *Alguns aspectos da população da cidade de São Paulo*, tese apresentada à Décima Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Garanhuns, 1955), em Revista de História, nº 25, São Paulo, janeiro-março de 1956.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BERARDI, M. H. P. Santo Amaro. In: *História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Departamento Municipal de Educação e Cultura, 1969. (Volume 4).

BERTOLOTI, Frederico. *A (re)produção da periferia urbana de São Paulo nos mananciais da represa de Guarapiranga*. Trabalho de Graduação Individual - FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. A invenção da natureza. In: _____. *Uma geografia do discurso sobre a natureza*. Dissertação de mestrado. DG-FFLCH-USP. São Paulo, 1991. p. 70-76.

DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2000.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19-58.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. Manuel Correia de Andrade e a perspectiva ambiental no seu pensamento econômico. In: *Economia política do desenvolvimento*. Maceió, vol. 3, Edição Especial, Agosto de 2010. p. 91-101.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: _____. *A mobilidade do trabalho e a acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977. p. 180-211.

GEORGE, Pierre. *O meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1973.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da geografia In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.

LENCIONI, Sandra. Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. (orgs.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo? In: _____. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONBEIG, Pierre. Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa In: _____. *Novos estudos de Geografia humana brasileira*. São Paulo: Difel, 1957. p. 5-25.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: uma pequena história crítica*. Annablume. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. Ideologia e política dos estudos de população. In: _____. *O discurso do Averso: para a crítica da geografia que ensina*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 37-101.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Eliane e CHIARATTO, Almir. *A Represa de Guarapiranga*. In: <http://www.partes.com.br/meioambiente/memoria.html>. Acesso em 22 de dezembro de 2011.

REIS, Felipe. et al. Represa de Guarapiranga: registro histórico-fotográfico. In: *Plano de Manejo do Parque Ecológico Guarapiranga*. SOS Represa Guarapiranga. São Paulo: 2015. p. 1-32.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. *Estudos Avançados*, vol.6, no.14, Abr 1992. p.95-106.

SOARES, C. S. A geografia urbana de Caio Prado Júnior: um diálogo com a geografia clássica. In: _____. *Caio Prado e a Geografia Clássica: uma contribuição para pensar a cidade*. Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPÖRL, Andréa e SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A lei de proteção aos mananciais *versus* a prática social de ocupação na bacia do Guarapiranga. In: *Revista do Departamento de Geografia* - nº11. São Paulo: 1997. p. 113-133.